

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DO CONCELHO DE BRAGANÇA

CLAS - Bragança



DIAGNÓSTICO SOCIAL - ATUALIZAÇÃO (2019) & PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - ATUALIZAÇÃO (2018-2020)

Proposta aprovada na 35.ª Sessão Plenária do CLAS-Bragança (24/04/2019)

Município de Bragança
Forte S. João de Deus
5300-263 Bragança

Telefone: 273 304 200

Fax: 273 304 299

www.cm-braganca.pt

Divisão de Educação e Ação Social (dsc@cm-braganca.pt)

Chefe de Divisão: Dr. Armindo Rodrigues

Vereadora em Regime de Tempo Inteiro: Dr.^a Fernanda Silva

E-mail: fernanda.silva@cm-braganca.pt

Núcleo Executivo do CLAS-Bragança

E-mail: sergio.ferreira@cm-braganca.pt

Composição do Núcleo Executivo do CLAS-Bragança

Instituição	Representante	Função
Centro Distrital de Segurança Social de Bragança, I.P.	Isabel Bernardo	Técnica Superior (Sociologia)
Município de Bragança	Sérgio Ferreira	Técnico Superior (Sociologia)
Unidade Local de Saúde do Nordeste ULSNE	Manuela Veloso	Técnica Superior (Serviço Social)
ASMAB	Ana Pires	Técnica Superior (Serviço Social)
Centro Social e Paroquial de Coelhooso	Isabel Oliveira	Técnica Superior (Educação Social)
Fundação Betânia	Bruno Santos	Técnico Superior (Serviço Social)
Obra Social Padre Miguel	Sandra Brás	Diretora de Serviços (Serviço Social)

Entidades Participantes: Associação Reaprender a Viver; EAPN-Bragança; NERBA; NLI-Bragança (CDSS Bragança); CSP de Santo Estêvão (Espinhosela).

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

O objetivo do Pilar Europeu dos Direitos Sociais é conferir aos cidadãos novos direitos, mais eficazes. Baseia-se em 20 princípios fundamentais estruturados em torno de três categorias:

igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho

condições de trabalho justas

proteção e inclusão sociais

In: https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union/european-pillar-social-rights/european-pillar-social-rights-20-principles_pt

Prefácio

O CLAS Bragança considerou oportuno que se atualizasse em 2019 o Diagnóstico Social e o PDS através de uma revisão dos seus eixos prioritários e dos inerentes objetivos específicos. Estando a decorrer o atual quadro comunitário europeu dos apoios financeiros, denominado Portugal 2020, entendeu-se que não seria o momento ideal para operar a grandes transformações num instrumento de planeamento que tem permanecido adequado e pertinente face às várias solicitações por parte das instituições sociais.

Após um período de grandes dificuldades sociais, cumprido um programa de estabilização económica supervisionado pelo FMI, podemos referir que atualmente a pressão sobre as instituições, famílias e particulares não se sentiu da mesma forma. Saliente-se, no entanto, que o combate à pobreza e exclusão social em Bragança, permanece como um desígnio pertinente no contexto dos eixos prioritários do PDS realizado em 2015.

Tal como se expôs no documento anterior (2015-2017), a crise económica e social evidenciou algumas fragilidades que em Portugal centraram-se sobretudo nos setores da habitação, saúde, educação e emprego. Por outro lado, na continuidade dos anos anteriores, pudemos verificar que o emprego em Portugal ainda é caracterizado por uma forte insegurança e precariedade, assim como uma forte incidência da economia informal que aumenta o risco de pobreza.

A pobreza tem vindo a consolidar-se num conjunto alargado de famílias com menores recursos, com rendimentos insuficientes e com qualificações escolares e profissionais mais baixas (pese embora o desemprego seja também uma preocupação nos estratos sociais mais qualificados). Assim, no contexto concelhio, os mais qualificados colocam-se agora ao lado dos menos qualificados na luta por melhores condições de vida, especificamente na obtenção de emprego e de remunerações que os autonomizem para uma vida ativa segura.

De igual forma, pudemos verificar que persistem fenómenos de exclusão social em Bragança associados a novos grupos de risco: famílias monoparentais, toxicodependentes, minorias étnicas – designadamente comunidades ciganas -

imigrantes, e os chamados “novos pobres” associados muitas vezes à chamada pobreza envergonhada – uma parte significativa pertence à classe média.

De salientar que uma tendência preocupante, que se tem vindo a assistir em momentos de austeridade e de forte divisão social, é a do aumento de situações de discriminação e do surgimento de representações sociais negativas face a determinados grupos sociais expostos à pobreza. Referimo-nos a grupos sociais como as comunidades ciganas, os beneficiários do Rendimento Social de Inserção, os desempregados, os imigrantes, entre outras minorias menos visíveis.

Em síntese, no concelho de Bragança, e no que concerne aos casos acompanhados pelo Município de Bragança, podemos observar que existem casos reveladores de diferentes formas de pobreza e exclusão social: as pessoas idosas (fracos recursos económicos, montantes baixos das pensões, isolamento e desintegração familiar); as famílias monoparentais; as famílias dedicadas à agricultura de subsistência (fracos retornos da atividade agrícola tradicional e familiar não remunerada); os grupos minoritários alvo de exclusão social (etnias ou grupos culturais alvo de acumuladas formas de estigma e processos de “guetização”); as pessoas portadoras de deficiência (fraca empregabilidade; forte dependência face a terceiros e baixos valores das pensões); os desempregados de média e longa duração (fracos recursos económicos e fracas prestações sociais); as pessoas empregadas com fracos níveis de qualificação e de instrução (remunerações mais baixas e exposição a trabalho precário); as pessoas empregadas na economia informal (não declaradas, sem proteção social, mercado de trabalho oculto e precário); as pessoas ou famílias com elevados níveis de endividamento (redução drástica do rendimento disponível para as funções familiares essenciais).

Finalmente, é neste contexto que o domínio da intervenção social, no seu sentido mais lato, e no plano municipal e da Rede Social de Bragança, se deve centrar nos instrumentos de planeamento, essenciais para a correção de desigualdades através de apoios que se afiguram como uma importante frente de combate à exclusão social, e conseqüentemente, coadjuvada pela rede social de equipamentos e respostas sociais existentes no concelho.

Introdução

O atual documento produzido pelo Núcleo Executivo do CLAS-Bragança resulta essencialmente de um duplo esforço: por um lado, oferecer uma atualização de dados quantitativos e qualitativos relativos a diferentes indicadores considerados fundamentais para a definição de prioridades de intervenção no concelho de Bragança, por outro lado, uma atualização da versão anterior do PDS – Plano e Desenvolvimento Social (2015-2017), que embora evolutivo, pretendeu-se ser devidamente reenquadrado nas prioridades apuradas na 35ª Sessão Plenária através de várias adendas centrados em novos objetivos específicos.

Relembramos que a Rede Social de Bragança acumula já uma experiência de mais de 10 anos, sendo que em 2020, irá consolidar uma experiência de 15 anos.

A definição de Rede Social oferecida pelo ISS,IP introduz o seguinte âmbito de atuação:

“ (...) é um programa que incentiva os organismos do setor público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria.”. (in: <http://www4.seg-social.pt/a-rede-social>)

No momento atual, e após vários anos de consolidação, entendemos que se mantém pertinente considerar que a Rede Social visa essencialmente: “o trabalho da Rede Social deve permitir uma maior adequação e melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos de um modo geral e, particularmente, àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade.”

À semelhança dos anos anteriores, a Rede Social partilha da noção de que as suas entidades aderentes:

*“Tenham uma visão partilhada dos problemas sociais que existem nessa área;
Definam em conjunto objetivos, prioridades, estratégias e ações;
Utilizem de forma mais racional os recursos disponíveis. “*

O CLAS-Bragança pretende, assim, colaborar neste amplo processo de partilha de responsabilidades e na promoção de respostas mais adequadas e próximas das necessidades dos seus cidadãos.

Enquadramento da Rede Social

A Rede Social de Bragança corporiza um conjunto de princípios que norteiam a sua implementação a nível nacional, ou seja, princípios de ação fundados nos conceitos de subsidiariedade, integração, articulação, participação e inovação, elementos imprescindíveis para oferecer garantias de funcionalidade e coerência face ao conjunto do Programa da Rede Social.

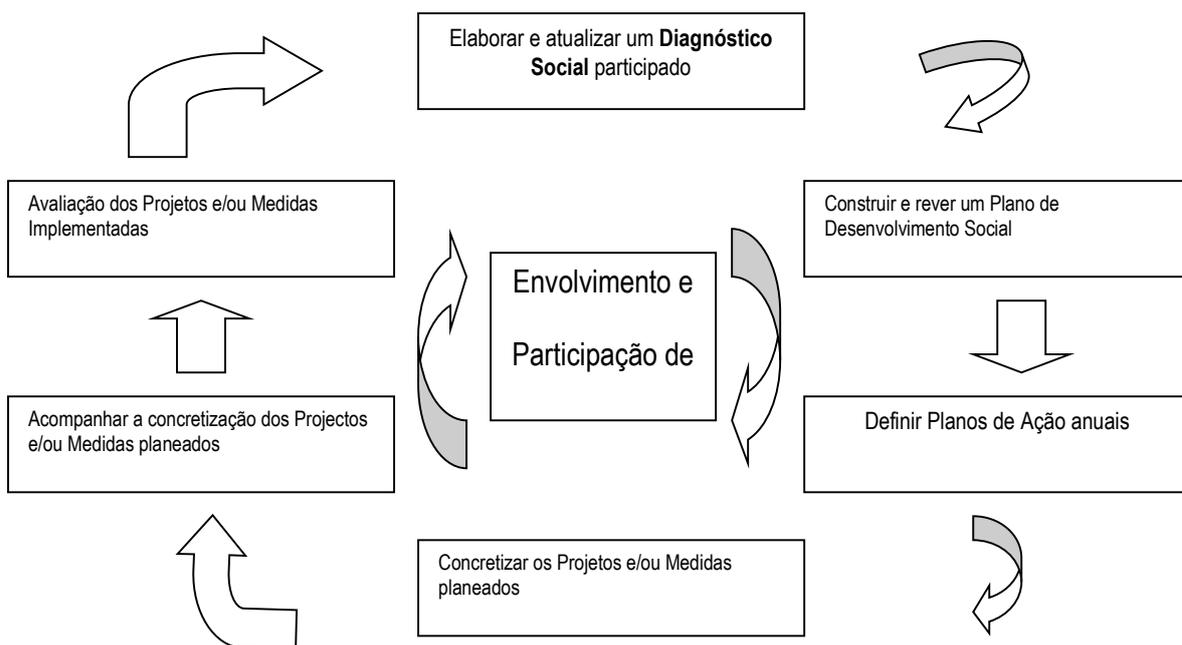
O projeto da Rede Social em Bragança desejou, desde logo, integrar um vasto conjunto de instituições que se revelam estrategicamente significativas na sua relação com os problemas e soluções sociais, permitindo assim um esforço de concretização de uma rede social que se define como um “ (...) fórum de articulação e congregação de esforços e baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar.”, não negligenciando a acção de “ (...) assumir uma postura ativa e ir ao encontro das diferentes entidades que actuam no domínio social, suscitando a sua participação.”.

Esta estratégia pretendeu garantir, assim, a concertação de esforços focalizados no âmbito da erradicação ou atenuação das diferentes formas de pobreza e exclusão social, ou seja, da promoção do desenvolvimento social concelhio.

A Rede Social foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97 de 18 de Novembro de 1997 e Declaração de Rectificação nº 10-O/98. Posteriormente foi publicado o Despacho Normativo nº 8/2002 de 12 de Fevereiro e o Dec-Lei nº 115/2006 de 14 de Junho.

Desta forma, após a candidatura (n.º 0402/2005) ao Programa Rede Social realizada em Outubro de 2004, foi aprovada pelo ISS, IP e assinado o Termo de Aceitação em 26 de Janeiro de 2005, oferecendo assim ao Município de Bragança a oportunidade de implementação deste programa, com financiamento para esse efeito.

Figura 1: Fluxograma sobre as fases de actuação da Rede Social.



Diagnóstico Social do Concelho de Bragança

Esta parte é dedicada à atualização de dados do Diagnóstico Social que permite aferir por áreas temáticas alguns resultados e comportamentos do concelho. Assim este documento pretendeu oferecer uma síntese da dados pertinentes que foram obtidos no documento estruturante do “Município de Bragança - Grandes Opções do Plano para 2019 – Orçamento e Mapa de Pessoal. Plano Estratégico 2019.”

Nas *Jornadas da Rede Social 2015 – Novos desafios de intervenção local*, realizadas no contexto do anterior PDS (2015-2017), foram identificados problemas sociais que julgamos manterem-se como desafio para o CLAS-Bragança até 2020.

	TEMA	DATA	NÚMERO DE PARTICIPANTES	RESULTADOS PRELIMINARES (SÍNTESES)	DISCUSSÃO DOS EIXOS PRIORITÁRIOS PDS ANTERIOR
Painel 1	ENVELHECIMENTO (População idosa)	31 de março (terça-feira)	18	DIFICULDADE DE ACESSO A BENS E SERVIÇOS ESSENCIAIS; SOLIDÃO ISOLAMENTO E DEPENDÊNCIA; RETARDAR A INSTITUCIONALIZAÇÃO; DÉFICE CONDIÇÕES HABITACIONAIS; DÉFICE DE COMPETÊNCIAS DOS CUIDADORES INFORMAIS; PLANO GERONTOLÓGICO; DÉFICE DE INSERÇÃO SOCIAL E CULTURAL DOS IDOSOS.	Eixos II e IV
Painel 2	POBREZA INFANTIL (Crianças e jovens em risco)	07 de abril (terça-feira)	14	DESEMPREGO DOS AGREGADOS FAMILIARES COM FILHOS MENORES; POBREZA EM AGREGADOS INTEGRADOS NO MERCADO DE TRABALHO; INSUCESSO ESCOLAR; FALTA DE COBERTURA PRÉ-ESCOLAR NAS ZONAS RURAIS; DÉFICE DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS; DÉFICE AUTO-ESTIMA DOS PROGENITORES; DUPLICIDADE DE ACOMPANHAMENTO DOS CASOS DE RISCO (SEM INTEGRAÇÃO); DÉFICE DE CONDIÇÕES HABITACIONAIS; REPRODUÇÃO DE MODOS DE VIDA ASSOCIADOS À POBREZA	Eixos I e IV
Painel 3	MERCADO DE TRABALHO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO (População desempregada e com emprego precário)	13 de abril (segunda-feira)	21	DESERTIFICAÇÃO; EMIGRAÇÃO DE JOVENS; ENVELHECIMENTO (MENOR TAXAS DE ATIVIDADE); TRABALHO SAZONAL PRECÁRIO; MEDIDAS DE EMPREGO DESAJUSTADAS; DÉFICE DE CONCILIAÇÃO DE EMPREGO COM VIDA FAMILIAR; MERCADO DE TRABALHO SEM CRIAÇÃO DE EMPREGO; BAIXAS REMUNERAÇÕES DOS EMPREGOS MENOS QUALIFICADOS; BAIXOS NÍVEIS DE CONSUMO; APÓS FORMAÇÃO NÃO HÁ OFERTAS DE EMPREGO; DESCOINCIDÊNCIA ENTRE ENTRE COMPETÊNCIAS E NECESSIDADES DAS EMPRESAS; DESCRIDIBILIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Eixos III e IV
Painel 4	EXCLUSÕES SOCIAIS (Privação material e inacessibilidades)	20 de abril (segunda-feira)	25	DESEMPREGO; PRECARIIDADE LABORAL; BAIXO VALOR DAS PENSÕES; DÉFICE DE CONDIÇÕES HABITACIONAIS; DEGRADAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS; DIFICULDADE DE ACESSO ; DOENÇAS CRÓNICAS; ALTERAÇÃO DAS ESTRUTURAS HABITACIONAIS; CULTURAS DE DEPENDÊNCIA E REPRODUÇÃO DE MODOS DE SOBREVIVÊNCIA; DÉFICE DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE E DO EXERCÍCIO DE CIDADANIA	Eixos I, II, III e IV
Painel 5	CONCERTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS (Da vontade comum à contratualização)	27 de abril (segunda-feira)	12	DEFICIENTE PARTILHA DE INFORMAÇÃO ENTRE OS AGENTES LOCAIS SOBRE OS APOIOS CONCEDIDOS (DUPLICAÇÃO E DESVIO DE APOIOS SOCIAIS); PARCERIAS POUCO OBJETIVAS E SEM CRITÉRIOS VINCULATIVOS E ELEMENTOS CONTRATUALIZADOS; DIFICULDADE DE ACESSO À INFORMAÇÃO DA RDE SOCIAL; IMAGEM/IDENTIDADE FRACIONADA DA RDE SOCIAL; DESATUALIZAÇÃO DA CARTA SOCIAL E DO GUIA DE BOAS PRÁTICAS.	Eixos II e IV
		TOTAL	90		

TERRITÓRIO

Imagem: Dados estatísticos sobre o Território (2018).

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Área (km ²)	1.173,6	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Densidade populacional (hab/km ²)	28.8	2016	Censos 2011/Anuário Estatístico Região Norte (2016)
Número de freguesias (Nº)	39	2018	Município de Bragança
Área média das freguesias (ha)	3.009	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Número de Vilas	1	2018	Município de Bragança
Residentes na cidade de Bragança (Nº)	23.186	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Densidade populacional da cidade (hab/km ²)	693	2011	Censos 2011
Corpos de bombeiros (Nº)	2	2017	Município de Bragança
Bombeiros (Nº)	114	2016	Pordata
Área ardida (ha)	434	2016	Pordata
Ocorrência de fogos florestais (Nº)	47	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Altitude (máxima/mínima) em metros	1489/325		INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
PDM: Zona de Equipamentos Coletivos (ha)	133		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Espaços de Indústria (ha)	151		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Espaços para Indústria (ha)	188		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Estrutura Ecológica Urbana (ha)	606		Plano Director Municipal (Revisão de 2010)
PDM: Solo urbano urbanizado (ha)	2.618		INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
PDM: Solo urbano urbanizável (ha)	717		INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)

Fonte: Município de Bragança – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2019.
Plano Estratégico 2019

O concelho de Bragança possui atualmente 39 freguesias e assume-se como um território de grande dimensão, com uma dimensão total de cerca de 1173,59 km², dimensão aproximadamente 37 vezes maior do que o concelho do Porto.

Imagem: O território do concelho de Bragança no conjunto dos concelhos da região Norte.



Fonte: Divisão por concelhos –Norte de Portugal. Fonte: IGEOE.

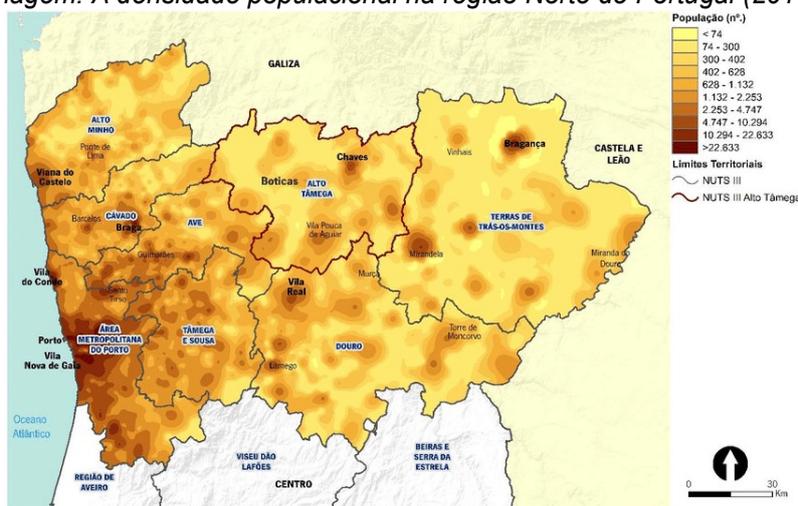
Desta forma, consideramos importante compreender, desde logo, este fenómeno de dispersão e grandeza do território, podendo afirmar que as 39 freguesias variam entre

8,75 km² (Santa Comba de Rossas) e 62,19 km² (Aveleda), ou seja, a dimensão média é de cerca de 24 km² por freguesia.

É igualmente pertinente compreender que, paradoxalmente, o núcleo urbano do concelho de Bragança não constitui mais do que 24,21 km² (as freguesias da Sé e Santa Maria a acrescer à área de Meixedo no momento presente), o que representa entre 2% a 3% do território total do concelho.

A imagem apresentada revela as desigualdades da concentração da população em toda a região Norte, provando-se a assimetria litoral vs. interior, bem como a situação específica da crescente desertificação do Nordeste Transmontano. Observe-se, porém, que a concentração mais elevada se verifica nas sedes de concelho e de forma mais relevante nos concelhos mais desenvolvidos, como Bragança, Mirandela e Vila Real. Atente-se que os núcleos urbanos destes concelhos constituem polos de atração demográfica.

Imagem: A densidade populacional na região Norte de Portugal (2011).



Fonte:

https://www.researchgate.net/publication/312121645_O_Turismo_Como_Alavanca_p ara_o_Developimento_de_Areas_Rurais_O_Estudo_de_Caso_do_Municipio_de_B oticas/figures?lo=1

Quadro: O território do concelho de Bragança.

Distrito	N.º de habitantes	Área (Km ²)	Densidade populacional (hab./Km ²)
Viana do Castelo	244 836	2 255	108,6
Braga	848 165	2 673	317,3
Porto	1 817 119	2 395	758,7
Vila Real	206 661	4 328	47,7
Bragança	136 252	6 608	20,6
Aveiro	714 218	2 808	254,4

Fonte: Censos 2011.

Não será surpresa aliar este fator de dispersão territorial à variável demográfica da população residente e conseqüente densidade populacional, isto é, outro dado pertinente para a caracterização do território será observarmos os valores baixos da densidade populacional.

No plano nacional podemos afirmar que nos encontramos numa fase de aumento da esperança média de vida (à nascença e da idade de reforma), facto aliado à proporção da população jovem que tem diminuído e às taxas de fecundidade baixas. Assim, o crescente índice de envelhecimento das populações é uma realidade que preocupa todos: as conseqüências são visíveis na entrada tardia e em menor número de jovens no mercado de trabalho (vida ativa); a conseqüente média etária mais elevada da população ativa e o aumento da população inativa.

Sinteticamente, podemos ainda referir que em termos demográficos devemos estar atentos às seguintes tendências:

- a. Podemos afirmar que presenciamos uma diminuição crescente da população até aos 14 anos;
- b. No sentido inverso presenciamos um crescente peso da população mais idosa, isto é, a população com mais de 65 anos;
- c. Verifica-se um envelhecimento da população adulta (média etária mais elevada do que em 2001);
- d. Observa-se um aumento significativo do peso populacional nas freguesias urbanas (cerca de 8660 habitantes em 1960 para cerca de 21251 em 2011);
- e. Finalmente, uma regressão populacional preocupante das freguesias rurais assumindo um peso inferior a 50% da população total residente no concelho;

Por outro lado, os Censos 2011 permitiram caracterizar o concelho de Bragança da seguinte forma :

- (1) Bragança não inverte a tendência de envelhecimento (taxa de envelhecimento de 181,3% em 2011) e o peso da população residente com +65 anos é já de 21,6%, por oposição aos 12,4% de peso da população com menos de 15 anos;
- (2) Bragança assiste à estagnação e/ou diminuição (há nalguns anos) do número médio de nascimentos anual (entre o intervalo 200 a 300 nascimentos) – taxa de natalidade 7,40%;
- (3) Bragança só cresce demograficamente em 4 freguesias do arco urbano e periurbano (Sé – com estagnação e envelhecimento de Santa Maria) e Samil;

Nogueira e Castro de Avelãs) provando a concentração urbana em apenas cerca de 3% do território;

(4) Bragança concentra 65,4% da população residente na cidade (Sé e Santa Maria) – 23 099 residentes na cidade contra os 12 242 residentes nas freguesias rurais;

(5) Bragança cresceu cerca de 591 residentes em 10 anos (35 341-34 750);

(6) Bragança viu nascer, em 2011, 214 crianças, mas viu falecer cerca de 186 pessoas, sendo a sua capacidade de crescimento quase nula (segundo dados do INE 2011);

(7) O seu crescimento anterior deveu-se em grande medida da captação de população dos concelhos limítrofes e contíguos oriundos de territórios economicamente deprimidos, envelhecidos e sem estrutura de emprego relevante;

(8) Bragança não tem capacidade de rejuvenescimento porque os seus jovens são atraídos para concelhos potencialmente empregadores e mais promissores na sua estrutura produtiva e com um mercado de emprego mais diversificado e com mais oferta;

(9) Bragança é um concelho eminentemente de serviços (em 2001 tinha peso de 75% e em 2011 assume um peso de 78,8%, sendo a população empregada economicamente ativa no setor terciário);

(10) Bragança tem 15 411 pessoas economicamente ativas, sendo a sua taxa de atividade de 43,6%.

POPULAÇÃO E ESTRUTURA ETÁRIA

Imagem: Dados estatísticos sobre Demografia (2018).

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
População residente total (Nº)	35.341	2011	INE, Censos 2011
Densidade populacional (hab/km ²)	30.11	2011	INE, Censos 2011
Taxa de crescimento inter-censitária (%)	1.70	2001-2011	INE, Censos 2011
População [0-14] (%)	12.39	2011	INE, Censos 2011
População [15-24] (%)	10.12	2011	INE, Censos 2011
População [25-64] (%)	54.28	2011	INE, Censos 2011
População [65 +] (%)	23.61	2011	INE, Censos 2011
População [0-14] inter-censitária (%)	-9.57	2001-2011	INE, Censos 2011
População [15-24] inter-censitária (%)	-28.97	2001-2011	INE, Censos 2011
População [25-64] inter-censitária (%)	6.04	2001-2011	INE, Censos 2011
População [65 +] inter-censitária (%)	20.93	2001-2011	INE, Censos 2011
Índice de envelhecimento (Nº)	208,7	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Índice de dependência de idosos (Nº)	37,3	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Taxa bruta de natalidade (‰)	6,7	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Taxa bruta de mortalidade (‰)	12,6	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Taxa de fecundidade geral (‰)	31,6	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
População estrangeira com estatuto legal de residente	1.041	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Famílias clássicas	13.835	2011	INE, Censos 2011

Fonte: Município de Bragança – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2019.

Em matéria da dinâmica demográfica este concelho caracteriza-se pela baixa densidade populacional (15,5/km²), muito inferior à média nacional e à região Norte do país.

No que diz respeito à taxa de natalidade, esta é muito inferior à taxa de mortalidade, sendo que a taxa bruta de natalidade é de 7,9% e a taxa bruta de mortalidade de 11,9% (Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, 2010).

Segundo os Censos de 2011 tem ocorrido uma diminuição da população jovem na relação inversa com o aumento da população idosa.

Quadro: Dinâmica demográfica do concelho de Bragança (2001-2011).

Zona Geográfica	População residente												Pop. Resid. Variação 2001 e 2011 (%)				
	Em 2001						Em 2011						Var Total	Grupos etários			
	Total		Grupos etários				Total		Grupos etários					0-14	15-24	25-64	65 ou +
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou +	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou +					
Norte	3687293	1782931	644948	558278	1969309	514758	3689682	2,00E+06	557233	425876	2075134	631439	0,06	-13,6	-23,72	5,37	22,67
Alto Trás-os-Montes	223333	108838	30721	30576	111234	50802	204381	98261	22863	20032	104520	56966	-8,49	-25,58	-34,48	-6,04	12,13
Bragança	34750	16768	4840	5036	18089	6785	35341	16966	4377	3577	19182	8205	1,7	-9,57	-28,97	6,04	20,93
Miranda Douro	8048	3957	915	1008	3967	2158	7482	3667	730	653	3676	2423	-7,03	-20,22	-35,22	-7,34	12,28
Vimioso	5315	2606	591	628	2449	1647	4669	2283	405	362	2091	1811	-12,15	-31,47	-42,36	-14,62	9,96
Vinhais	10646	5245	1131	1271	5058	3186	9066	4485	694	708	4244	3420	-14,84	-38,64	-44,3	-16,09	7,34

(Fonte: CORANE)

Bragança não pára de envelhecer e o peso da população residente com mais de 65 anos é já de 21,6%, por oposição aos 12,4% de peso da população com menos de 15 anos.

O concelho de Bragança assiste à estagnação e/ou diminuição (em apenas alguns anos) do número médio de nascimentos anual (entre o intervalo 200 a 300 nascimentos).

Bragança só cresce demograficamente em quatro freguesias do arco urbano e periurbano: a Sé (com a estagnação e envelhecimento de Santa Maria), Samil, Nogueira e Castro de Avelãs, provando que a concentração urbana se verifica em apenas cerca de 3% do território.

Bragança concentra 65,4% da população residente na cidade (nas freguesias de Sé e Santa Maria): 23 099 residentes na cidade contra os 12 242 residentes nas freguesias rurais.

Bragança aumenta em cerca de 591 o número de residentes em 10 anos (dos atuais 35 341 face aos 34 750, em 2001).

Bragança viu nascer, em 2011, 214 crianças, mas falecer cerca de 186 pessoas, sendo a sua capacidade de crescimento quase nula (segundo dados do INE 2011).

Bragança não tem capacidade de rejuvenescimento, porque os seus jovens são atraídos para concelhos potencialmente empregadores e mais atrativos na sua estrutura, bem como para o estrangeiro.

A tendência demográfica que podemos observar no concelho e distrito de Bragança é uma dupla espiral assente na diminuição da população residente e no galopante envelhecimento da mesma.

No âmbito regional da Terra Fria Transmontana (TFT), território com uma população total residente de cerca de 56.558 habitantes, nos Censos de 2011, sendo que 60% desta população se concentra no município de Bragança, a TFT perdeu na última década cerca de 2200 habitantes, ou seja, cerca de 3,75% da sua população total. (Fonte: Corane)

Esta dinâmica, que resulta do efeito conjugado de dois fatores - a diminuição da taxa de natalidade e os movimentos migratórios menos favoráveis à região.

Quadro: Evolução da taxa bruta da natalidade (2001-2013).

		Taxa bruta de natalidade				
Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013
Bragança	8,5	7,3	7,6	7,4	6,5	6,6
Miranda do Douro	7,2	4,3	4,8	4,4	6,1	3,4
Vimioso	4,9	6,7	6,1	6,9	6,8	9,6
Vinhais	4,9	3,9	3,6	3,4	3,8	4,0

Fonte: CORANE/Site PORDATA

Quadro: Variação populacional por freguesias no concelho de Bragança.

POPULAÇÃO RESIDENTE BRAGANÇA	VARIAÇÃO			
	2001	2011	(Nº)	(%)
NUT II:Norte	3687293	3689682	2389	0,06
NUT III:Alto Trás-os-Montes	223333	204381	-18952	-8,49
CC:Bragança	34750	35341	591	1,70
FR:Alfaião	173	173	0	0,00
FR:Aveleda	253	196	-57	-22,53
FR:Babe	277	238	-39	-14,08
FR:Baçal	470	484	14	2,98
FR:Calvelhe	137	97	-40	-29,20
FR:Carragosa	260	190	-70	-26,92
FR:Carrazedo	146	114	-32	-21,92
FR:Castrelos	186	127	-59	-31,72
FR:Castro de Avelãs	483	460	-23	-4,76
FR:Coelhoso	299	319	20	6,69
FR:Deilão	219	168	-51	-23,29
FR:Donai	416	446	30	7,21
FR:Espinhosela	304	244	-60	-19,74
FR:Failde	158	150	-8	-5,06
FR:França	275	238	-37	-13,45
FR:Gimonde	386	341	-45	-11,66
FR:Gondesende	226	194	-32	-14,16
FR:Gostei	412	425	13	3,16
FR:Grijó de Parada	380	296	-84	-22,11
FR:Izeda	915	1006	91	9,95
FR:Macedo do Mato	296	208	-88	-29,73
FR:Meixedo	188	163	-25	-13,30
FR:Milhão	205	161	-44	-21,46
FR:Mós	194	178	-16	-8,25
FR:Nogueira	431	495	64	14,85
FR:Outeiro	367	301	-66	-17,98
FR:Parada	604	507	-97	-16,06
FR:Paradinha Nova	150	109	-41	-27,33
FR:Parâmio	281	214	-67	-23,84
FR:Pinela	244	219	-25	-10,25
FR:Pombares	59	41	-18	-30,51
FR:Quintanilha	304	216	-88	-28,95
FR:Quintela de Lampaças	285	215	-70	-24,56
FR:Rabal	196	171	-25	-12,76
FR:Rebordainhos	188	146	-42	-22,34
FR:Rebordãos	543	546	3	0,55
FR:Rio Frio	232	203	-29	-12,50

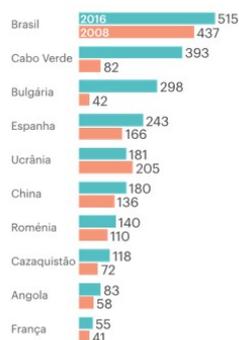
FR:Rio de Onor	126	76	-50	-39,68
FR:Salsas	424	389	-35	-8,25
FR:Samil	1077	1246	169	15,69
FR:Santa Comba de Rossas	366	304	-62	-16,94
FR:Bragança (Santa Maria)	3404	3940	536	15,75
FR:São Julião de Palácios	283	232	-51	-18,02
FR:São Pedro de Sarracenos	282	366	84	29,79
FR:Bragança (Sé)	16593	17913	1320	7,96
FR:Sendas	241	183	-58	-24,07
FR:Serapicos	289	208	-81	-28,03
FR:Sortes	320	296	-24	-7,50
FR:Zoio	203	189	-14	-6,90

Fonte: CORANE/INE
Censos 2011

Novas tendências nos processos migratórios (Portugal e Distrito de Bragança).

MIGRAÇÃO EM BRAGANÇA

Em Bragança, a população cabo-verdiana foi a que mais cresceu

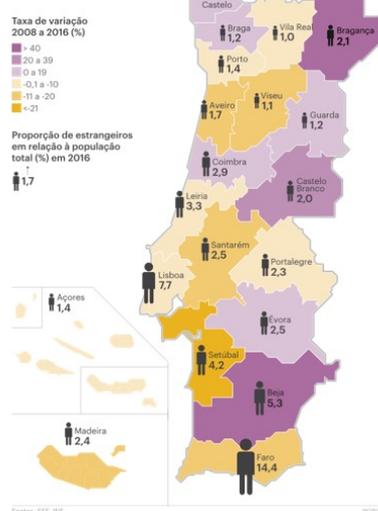


O grande salto migratório para Bragança (distrito) aconteceu entre 2008 e 2016, sobretudo de caboverdianos

Fonte: Jornal Público, 26 de dezembro 2017

Fontes: SEF, INE

Entre 2008 e 2016, a população estrangeira a residir em Bragança aumentou mais de 50%



De referir que a grande alteração na composição demográfica verificada em Bragança, desde 2008 até ao momento presente, se deveu à entrada de população oriunda maioritariamente do Brasil, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Se analisarmos o ano letivo 2018/2019, podemos verificar que o IPB integra mais de 2000 alunos estrangeiros, sendo Cabo Verde, Brasil e São Tomé e Príncipe os países com maior peso nesta realidade.

MIGRAÇÃO EM BRAGANÇA

TOP 5: Distribuição dos alunos do IPB por nacionalidade		
Ano letivo: 2018/19		Fonte: IPB
Alunos Matriculados	Total	%
Total Portugueses	5886	72,1
Total Estrangeiros	2269	27,9
Cabo Verde	1184	52,2
Brasil	453	20,0
São Tomé e Príncipe	211	9,3
Ucrânia	104	4,6
Angola	79	3,5

No presente ano letivo, num universo de 8155 alunos, 27,9% são estrangeiros, dos quais mais de metade caboverdianos e 1/5 brasileiros.

De referir que muitos destes alunos não foram registados em Bragança, pelo que o valor real é superior aos dados disponibilizados pelo SEF.

MIGRAÇÃO EM BRAGANÇA

Total de residentes por Concelho no Distrito: Bragança					
Ano: 2017					
Última atualização de dados: 26-06-2018					
Fonte: SEF					
Distrito	Total	%	Homens	Mulheres	
Total Distrito	3038		1501	1537	
Alfandega da Fé	131	4,3	53	78	
Bragança	1551	51,1	791	760	
Carrazeda de Ansiães	100	3,3	54	46	
Freixo Espada à Cinta	105	3,5	54	51	
Macedo de Cavaleiros	150	4,9	70	80	
Miranda do Douro	88	2,9	39	49	
Mirandela	436	14,4	206	230	
Mogadouro	75	2,5	34	41	
Torre de Moncorvo	123	4,0	61	62	
Vila Flor	188	6,2	93	95	
Vimioso	47	1,5	28	19	
Vinhais	44	1,4	18	26	

O concelho de Bragança integra mais de metade dos estrangeiros residentes em todo o distrito (em 12 concelhos)

Tendências identificadas pela CORANE e aplicáveis ao concelho de Bragança:

- O reduzido número de população residente e a baixa densidade populacional dos territórios considerados;
- A diminuição contínua da população entre 2001 e 2011, especialmente da população compreendida nos escalões etários jovens e em idade ativa, e a consequente incapacidade para fixar capital humano o que constitui um constrangimento relevante aos processos de desenvolvimento no presente e no futuro;
- O envelhecimento da população e o aumento dos valores relativos ao coeficiente de dependência o que coloca novos e exigentes desafios em matéria social;

- Um comportamento diversificado no plano interno à região, os territórios urbanos e mais próximos dos centros urbanos apresentam uma maior capacidade de resiliência ao esvaziamento e ao envelhecimento enquanto os territórios mais afastados são confrontados com cenários severos que colocam em causa a sua sustentabilidade a prazo;
- A melhoria dos níveis de escolarização da população entre 2001 e 2011, embora persistam ainda défices importantes relativamente ao verificado no conjunto da Região Norte.

MOBILIDADE

O concelho de Bragança assume-se como um território bastante alargado como se pode desde logo comprovar com a sua dimensão total de cerca de 1173,59 Km², dimensão 37 vezes maior que o concelho do Porto.

Para compreendermos melhor este fenómeno de dispersão e grandeza do território, podemos afirmar que as 39 freguesias variam entre 8,75 Km² (Santa Comba de Rossas) e 62,19 km² (Aveleda), a dimensão média é de cerca de 24 km² por freguesia. Paradoxalmente, o núcleo urbano do concelho de Bragança não constitui mais do que 24,21 km² (freguesias da Sé e Santa Maria) representando cerca de 2% do território total do concelho. Este fenómeno de assimetria entre freguesias rurais e urbanas marcará profundamente os resultados observados noutros indicadores.

Perante um concelho destas dimensões a rede de transportes é deficitária quer dentro da cidade, das aldeias para a cidade e em termos inter-concelhios, sendo a sua mobilidade condicionada às redes de transportes existentes. De salientar que este problema é mencionado em vários diagnósticos sobre a mobilidade.

ESCOLARIDADE

Neste indicador é pertinente salientarmos a diminuição da população sem qualquer grau de instrução completo (em 2011 baixou para 13, contra os 21,4%, de 2011). Por outro lado, podemos verificar uma evolução francamente positiva das habilitações relativas ao ensino secundário e ao ensino superior, sendo que 15,3% da população detém o nível de ensino do secundário e 18% com o ensino superior.

Parece merecer destaque que a evolução em matéria das habilitações tem sofrido uma reconfiguração pertinente e que pode impor novos desafios ao tecido empresarial local no sentido de empregar e/ou criar empregos novos num perfil de mão de obra progressivamente mais qualificado.

Quadro: Evolução dos níveis de instrução da população residente (2001-2011).

	População Residente de 15 e mais anos					
	Sem nível de escolaridade (%)		Com Ensino Secundário (%)		Com Ensino Superior (%)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
NUT II	17,7	10,3	11,3	14,0	6,2	12,0
NUT III	28,6	17,3	8,9	12,3	5,0	10,5
Bragança	21,4	13,0	12,8	15,3	9,6	18,0
Miranda	33,3	19,6	8,3	12,4	3,7	9,0
Vimioso	38,4	23,2	5,7	8,5	2,3	5,7
Vinhais	37,6	21,2	5,0	8,7	1,9	5,0

Fonte: CORANE/ PORDATA SITE

ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO

Imagem: Dados estatísticos sobre Economia (2018).

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Indicador per capita de Poder de Compra (Base 100 - Portugal)	97,7	2015	INE, Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio
Evolução do IPC per capita 1997-2013 (p.p.)	14,59	1997-2013	INE, Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio
IRS liquidado: colecta líquida média por declaração de IRS (€)	2.125,37	2017	Autoridade Tributária e Aduaneira
IRS liquidado: colecta líquida per capita (€)	1.000,05	2017	Autoridade Tributária e Aduaneira
Empresas com Sede no Concelho (N.º)	5.772	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Empresas sedeadas Concelho face à NUT Terras Trás-os-Montes (%)	29,73	2016	Cálculos próprios
Empresas sedeadas no Concelho face ao Distrito Bragança (%)	34,99	2016	Cálculos próprios
Empresas Indústria Transformadora com Sede Concelho (N.º)	134	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Sociedades com Sede no Concelho (N.º)	1.115	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Sociedades da Indústria Transformadora com Sede no Concelho (N.º)	78	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Volume de Negócios das empresas (milhões €)	967,41	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Volume de Negócios das empresas da indústria transformadora (milhões €)	522	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Volume de negócios médio empresas (milhares €)	603,24	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Proporção de empresa individuais (%)	80,68	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	98,3	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Levantamentos nacionais em multibanco (milhões €)	85,79	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Levantamentos internacionais em multibanco (milhões €)	7,7	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)

Fonte: Município de Bragança – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2019.
Plano Estratégico 2019

O setor mais relevante do concelho para o valor acrescentado bruto é o setor terciário (69,1% do VAB). De salientar ainda o elevado peso do setor primário (6,9% do VAB), percentagem três vezes superior à verificada a nível nacional. Bragança é um concelho eminentemente de serviços (em 2001 tinha peso de 75% e em 2011 tinha um peso de 78,8%), sendo a população empregada economicamente ativa no setor terciário. (Dados Corane/TFT)

Apesar do destaque de Bragança no setor terciário pode-se observar que Bragança acolhe também algumas empresas industriais de alguma dimensão no setor dos componentes para automóveis (Faurecia), da robótica, entre outras atividades, que são responsáveis por um número significativo de postos de trabalho. O concelho de Bragança contribui para as exportações regionais através de poucas empresas e ainda da exportação de castanha (Sortegel), em verde e transformada.

A agricultura é maioritariamente de subsistência, sendo uma agricultura rudimentar, de cariz familiar, com fraca exportação, aliás comum aos outros setores. Os rendimentos da agricultura são maioritariamente complementados com rendimentos de outras origens. De salientar que o perfil do agricultor ainda se assume como envelhecido (mais de 65 anos) e com reduzidas habilitações (1º Ciclo do EB).

Bragança revela um fraco tecido empresarial com fraco dinamismo comparativamente com a média nacional e a Região Norte. As suas empresas são de reduzida dimensão, sendo que Bragança tem 3 731 empresas, empregando 9 264 trabalhadores (segundo a estratégia da CIM). O volume de negócios das empresas sedeadas em Bragança é significativamente inferior à realidade nacional.

Bragança tinha, em 2011, 15 411 pessoas economicamente ativas, sendo a sua taxa de atividade de 43,6%. De destacar que a proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço era de 97,30% (INE, 2011). Número médio de pessoal ao serviço por empresa é de 2,40 segundo a mesma fonte.

A análise do VAB das empresas por atividade económica reforça a importância das atividades económicas do setor terciário, as atividades que mais contribuem para a geração de valor acrescentado na TFT são as atividades terciárias, com relevo para as “atividades para a saúde humana”, “comércio por grosso e a retalho” e “alojamento e restauração”, seguidas pelo conjunto das “indústrias transformadoras” e da “construção civil”. Numa análise entre concelhos da TFT destaque-se a posição claramente dominante do concelho de Bragança que apresenta valores muito superiores aos restantes concelhos, principalmente no que respeita ao VAB nas “indústrias transformadoras”, pela relevância de algumas empresas industriais já mencionadas, e nas “atividades para a saúde humana”, em resultado da concentração na capital de Distrito de um conjunto de serviços de saúde de âmbito regional.

Assim, Bragança é predominantemente constituída por micro e pequenas empresas, (com a exceção de um pequeno número de unidades industriais de maior dimensão concentradas na cidade) com relevo para o setor terciário, especialmente do terciário social, situação que é em grande medida determinada pela condição de Bragança, capital de Distrito, que concentra um elevado número de serviços de natureza social.

O setor primário, apesar de ter um peso ainda significativo em termos de população empregada, registou uma diminuição significativa entre 2001 e 2011, a sua contribuição para a geração de VAB da região é reduzida.

Quadro: População economicamente ativa por setores de atividade. Taxa de atividade.

Zona Geográfica	População economicamente ativa									Taxa de atividade (%)		
	Total		Empregada						Em 2011			
	HM	H	Total		Primário	Secundário	Terciário			HM	H	M
HM			H	Total			De natureza social	Relacionados com a atividade económica				
Norte	1756065	924308	1501883	804289	43023	533848	925012	379768	545244	47,59	52,33	43,24
Alto Trás-os-Montes	77656	43136	68441	38635	7725	13567	47149	25368	21781	38	43,9	32,53
Bragança	15411	7823	13886	7040	640	2303	10943	6417	4526	43,61	46,11	41,3

Fonte: CORANE/INE Censos 2011

Apesar do destaque de Bragança no setor terciário há a relevar que Bragança acolhe também algumas empresas industriais de alguma dimensão no setor dos componentes para automóveis (Faurecia; MAutomotive), dos insufláveis para parques de diversão (Factory Play), da robótica, entre outras atividades, que são responsáveis por um número significativo de postos de trabalho.

O concelho de Bragança contribui para as exportações regionais através das empresas referidas e ainda da exportação de castanha, em verde e transformada. Numa análise dinâmica entre 2001 e 2011 verifica-se que todos os concelhos verificaram uma diminuição significativa da população empregue no setor primário, que a % de população empregue no setor secundário praticamente estabilizou, registando-se apenas pequenas variações positivas (Vinhais e Miranda do Douro) e negativas (Bragança e Vimioso), enquanto a % de população empregue no setor terciário registou um crescimento em todos os concelhos da TFT.

Quadro: Evolução da população empregada, por setores de atividade (2001-2011).

	População Empregada %									
	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário		Por conta outrem		Por conta própria	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
NUT II	4,8	2,9	45,8	35,5	49,5	61,6	81,5	81,2	6,2	6,6
NUT III	19,6	11,3	23,1	19,8	57,3	68,9	65,9	71,1	14,0	13,1
Bragança	8,9	4,6	18,3	16,6	72,7	78,8	77,3	79,3	8,7	8,9
Miranda	27,6	10,9	20,8	21,4	51,6	67,6	55,5	66,2	15,2	14,2
Vimioso	25,5	12,5	25,3	23,2	49,2	64,3	54,6	62,1	17,9	16,4
Vinhais	29,3	15,6	20,2	21,3	50,4	63,1	55,9	64,5	18,4	18,7

Fonte: CORANE/PORDATA SITE

EMPREGO E DESEMPREGO

Imagem: Dados estatísticos sobre Economia (2018).

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Desempregados inscritos no Centro de Emprego (N.º)	906	Set. 2018	IEFP
Desempregados inscritos no Centro de Emprego de longa duração (N.º)	367	Set. 2018	IEFP
Desempregados inscritos Centro de Emprego à procura do 1.º emprego (N.º)	150	Set. 2018	IEFP
Desempregados inscritos no Centro de Emprego < 25 anos (N.º)	131	Set. 2018	IEFP
Desempregados inscritos no Centro de Emprego 25-34 anos (N.º)	219	Set. 2018	IEFP
Desempregados inscritos com habilitação superior (N.º)	238	Set. 2018	IEFP
Taxa de atividade (%)	43,61	2011	INE, Censos 2011
População economicamente ativa (N.º)	15.411	2011	INE, Censos 2011
População empregada economicamente ativa (N.º)	13.886	2011	INE, Censos 2011
População empregada economicamente ativa - setor primário (%)	5,00	2011	INE, Censos 2011
População empregada economicamente ativa - setor secundário (%)	16,59	2011	INE, Censos 2011
População empregada economicamente ativa - setor terciário (%)	79,00	2011	INE, Censos 2011
Sociedades constituídas por escritura pública (N.º)	77	2017	PorData
Sociedades dissolvidas por escritura pública (N.º)	36	2017	PorData
Pessoal ao Serviço nas empresas não financeiras (N.º)	9.729	2016	PorData
Pessoal ao Serviço na indústria transformadora (N.º)	1.178	2016	PorData
Trabalhadores por conta de outrém nos Estabelecimentos (N.º)	5.054	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Trabalhadores por conta de outrém nos Estabelecimentos c/ habilitação superior (N.º)	1.246	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Sector Primário: Trabalhadores por conta de outrém nos Estabelecimentos (%)	0,89	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Sector Secundário: Trabalhadores por conta de outrém nos Estabelecimentos (%)	25,88	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Sector Terciário: Trabalhadores por conta de outrém nos Estabelecimentos (%)	73,28	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrém nos estabelecimentos (€)	901,35	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)

Fonte: Município de Bragança – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2019.

Plano Estratégico 2019

Na área do emprego é de destacar a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho por parte dos grupos sociais mais desfavorecidos e com menos competências, o que tem como consequência o agravamento das condições de vida, promovendo a exclusão social e a geração de ciclos de reprodução da pobreza.

Falta de investimento das instituições locais na capacitação das pessoas em situação de pobreza, provocando graves dificuldades de inserção social.

Os grupos sociais mais vulneráveis concentram em si elevadas taxas de iliteracia e abandono escolar (deficientes, ciganos, minorias étnicas, famílias pobres).

Apesar de nos diagnósticos sociais estar patente o problema da formação, persiste uma desadequação da oferta formativa e as reais necessidades do mercado de trabalho local.

Como ficou anteriormente demonstrado anteriormente face ao pouco dinamismo económico local, um problema grave é o da escassez de oportunidades de emprego, ou seja, a incapacidade da sociedade local em gerar novos empregos e de manter os já existentes.

Quanto aos níveis de desemprego, embora as estatísticas do IEFP revelem que o número de desempregados tem vindo a diminuir, não significa que tenham sido inseridos no mercado de trabalho, o fator migração e emigração para outros territórios tem contribuído para esta redução, perdendo-se também ativos nos escalões etários mais jovens e mais qualificados.

As características do emprego em Portugal favorecem também a vulnerabilidade social, visto que muitos dos que trabalham não conseguem, ainda assim, sair de uma situação de pobreza.

O número de trabalhadores pobres em Portugal é surpreendentemente alto e não se trata de um fenómeno que resulta da crise atual, resulta também dos baixos níveis salariais aliado ao custo de vida.

Quadro: Caracterização dos desempregados (IEFP/Jan 2019)

Ano Mês: 201901							
Região	Concelho	Desempregados Inscritos			Colocações		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	BRAGANÇA	116	140	256	18	14	32
	MIRANDA DO DOURO	12	13	25	2	0	2
	VIMIOSO	12	14	26	0	0	0
	VINHAI	11	22	33	0	0	0
Norte		8 509	11 210	19 719	1 411	1 158	2 569

Fonte: IEFP/Janeiro 2019.

Ano Mês: 201901								
Região	Concelho	Nível Escolar.	Total					
		< 1º Ciclo EB	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Secundário	Superior	
1	BRAGANÇA	71	111	122	146	221	172	843
1	MIRANDA DO DOURO	34	31	24	41	47	27	204
1	VIMIOSO	12	32	33	22	20	14	133
1	VINHAIS	45	73	63	42	48	11	282
Total Norte		8 320	31 326	22 475	26 655	33 896	18 024	140 696

Ano Mês: 201901								
Região	Concelho	Género		Tempo de Inscrição		Situação face emprego à procura de		Total
		Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
1	BRAGANÇA	385	458	548	295	122	721	843
1	MIRANDA DO DOURO	91	113	94	110	33	171	204
1	VIMIOSO	68	65	59	74	12	121	133
1	VINHAIS	138	144	105	177	47	235	282
Total Norte		60 783	79 913	73 143	67 553	14 024	126 672	140 696

Ano Mês: 201901						
Região	Concelho	Grupo Etário	Grupo Etário	Grupo Etário	Grupo Etário	Total
		< 25 Anos	25 - 34 Anos	35 - 54 Anos	55 Anos e +	
1	BRAGANÇA	117	199	365	162	843
1	MIRANDA DO DOURO	26	30	95	53	204
1	VIMIOSO	12	15	58	48	133
1	VINHAIS	30	43	110	99	282
Total Norte		14 665	23 663	58 350	44 018	140 696

Ano Mês: 201901									
Região	Concelho	Motivos de Inscrição							Total
		Ex-Inactivos	Despedido	Despediu-se	Despedim. mút. acordo	Fim trab. não permanente	Trabalh. conta própria	Outros motivos	
	BRAGANÇA	42	60	9	1	57	2	85	256
	MIRANDA DO DOURO	3	4	0	0	6	1	11	25
	VIMIOSO	1	8	1	0	8	0	8	26
	VINHAIS	6	11	0	1	3	0	12	33
Total Norte		2 169	2 865	1 224	852	6 744	309	5 556	19 719

Os desempregados em Bragança equilibram-se em termos de género, dado que revela que atualmente já não predomina o desemprego feminino, mas com a recente crise da construção civil e da fraca empregabilidade dos mais qualificados tem diluído esta diferença. Por outro lado, é de salientar que 295 dos inscritos no Centro de Emprego já se encontram desempregados há mais de um ano. Apenas 122 inscritos estão à procura do primeiro emprego, sendo que 721 se encontram à procura de novo emprego. Estes dados revelam que o mercado de trabalho não consegue oferecer

estabilidade no emprego a um determinado segmento populacional residente em Bragança.

No que diz respeito aos grupos etários mais afetados pelo desemprego, podemos ver que 43,3% dos inscritos integram-se no grupo etário dos 35 aos 64 anos, sendo revelador da dificuldade de voltarem a estar integrados no mercado de trabalho local que oferece poucas oportunidades de estabilização e reingresso.

Curiosamente, quando observamos os dados dos desempregados por nível de escolaridade podemos verificar que aumenta o número de inscritos proporcionalmente ao nível de escolaridade.

Quase 46,6% dos inscritos detêm o nível escolar do secundário e ensino superior, revelando que o retrato do desemprego em Bragança é dual, por um lado, reúne pessoas com menores habilitações (até ao 9.º ano), por outro lado, com peso semelhante, pessoas mais qualificadas com o ensino secundário e superior.

Estes dados comprovam que Bragança não tem capacidade de gerar emprego suficiente, quer num segmento das franjas menos qualificadas e, sobretudo, quer nas mais qualificadas.

A fuga para o exterior deste território pode ser uma estratégia para algumas destas pessoas, enquanto outras optam por ficar ora sob a retaguarda familiar, ora subsistindo dos apoios sociais nas suas várias vertentes.

Propostas Rede Social /EAPN

Emprego e qualificação/formação profissional: Criar incentivos à fixação de empresas no distrito; Maiores apoios e incentivos fiscais por parte do Governo às PMEs; Apostar na dinamização de sectores de atividade com maior tradição local; Apostar na divulgação e comercialização de produtos locais potenciando o turismo como a atividade chave do distrito; Desenvolver a agricultura de mercado; Reforçar as medidas e os apoios de criação do próprio emprego; Ajustar as ofertas de formação profissional às necessidades do mercado de trabalho, realizando para tal estudos de diagnóstico atualizados; Uma maior articulação entre os Centros de Emprego, as IPSS; os GIP's e as entidades empregadoras; Fomentar o "empowerment" dos grupos sociais desfavorecidos; Promoção de iniciativas de auto-emprego (micro-crédito); Desenvolvimento de políticas ativas de inserção profissional para públicos

desfavorecidos junto das empresas; Promoção de iniciativas no âmbito do Mercado Social de Emprego, Um maior ajustamento das vagas no Ensino Superior às reais necessidades do mercado; Apoio à reconversão profissional.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Rede Escolar Pública

Jardins de Infância | 6 unidades com 307 crianças e capacidade para 450 crianças
Estabelecimentos do 1.º ciclo | 11 unidades com 822 alunos e capacidade para 1288 alunos

Estabelecimentos dos 2.º e 3.º ciclos e Secundário | 4 unidades com 2502 alunos e capacidade para 3530 alunos



Estabelecimento Secundário



Instituto Politécnico de Bragança

Rede Escolar Privada

Custos mensais entre 35€ e 195€, variando mediante o rendimento per capita.

Creches | 8 unidades com 256 crianças e capacidade para 288 crianças
Jardins de Infância | 8 unidades com 461 crianças e capacidade para 540 crianças
Estabelecimentos do 1.º ciclo | 3 unidades com 245 alunos e capacidade para 300 alunos

Rede Ensino Profissional e Superior

2 escolas profissionais (1 pública e 1 privada)

O Instituto Politécnico de Bragança é constituído por cinco escolas (Escola Superior Agrária, Escola Superior de Educação, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Saúde e Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo), num total de 52 cursos disponíveis e cerca de 7000 estudantes, sendo cada vez mais procurado em programa de intercâmbio (1200 estudantes).

Quadro: Distribuição da População Escolar por níveis de ensino. Comparação 2001 vs. 2017.

Anos	Total		Educação Pré-Escolar		Ensino Básico - 1º Ciclo		Ensino Básico - 2º Ciclo		Ensino Básico - 3º Ciclo		Ensino Secundário		CET	
	2001	2017	2001	2017	2001	2017	2001	2017	2001	2017	2001	2017	2001	2017
Portugal	0	1322117	0	133930	0	352382	0	196158	0	320358	0	314478	0	4811
Continente	1464031	1247580	107599	126000	452972	333327	227808	184849	349576	301055	326076	297538	0	4811
Norte	582580	456825	45943	48068	189642	120617	96170	66873	142660	112674	108165	107481	0	1112
Terras de Trás-os-Montes	20879	12227	1445	1064	5605	2906	3044	1812	4983	3011	5802	3434	0	0
Alfândega da Fé	999	440	99	61	302	110	139	81	219	106	240	82	0	0
Bragança	6098	4751	194	338	1308	910	849	676	1647	1190	2100	1637	0	0
Macedo de Cavaleiros	2954	1501	216	125	933	397	370	191	698	390	737	398	0	0
Miranda do Douro	1211	642	105	91	319	187	156	91	295	143	336	130	0	0
Mirandela	4459	2576	325	174	1291	676	802	418	917	606	1124	702	0	0
Mogadouro	1825	856	124	72	453	218	221	133	410	221	617	212	0	0
Vila Flor	1207	667	117	77	363	176	166	90	280	167	281	157	0	0
Vimioso	606	246	112	60	233	85	94	41	167	60	0	0	0	0
Vinhais	1520	548	153	66	403	147	247	91	350	128	367	116	0	0

Fonte: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

De acordo com o artigo 10º do Decreto-Lei nº7/2003 de 15 de Janeiro, a Carta Educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos, a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município. A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas. No município de Bragança, no processo de revisão da carta educativa que decorreu entre junho de 2011 e maio de 2012 foram criados três agrupamentos escolares: Agrupamento de Escolas Emídio Garcia; Agrupamento de Escolas Abade de Baçal e Agrupamento de Escolas Miguel Torga.

CENTROS ESCOLARES

2 Centros Escolares na área urbana:

Cada Centro escolar tem 10 salas de aulas EB1 (com equipamento informático completo) e 4 salas para Jardim de Infância. 1 sala de Educação visual, 1 de Educação Musical, 1 biblioteca, salão polivalente, refeitório com copa, 1 posto de primeiros socorros, 2 salas para NEE, 1 sala de reuniões, 1 sala de atendimento, 1 gabinete de coordenação, 1 convívio para professores, 2 espaços para arrumos.

CENTRO ESCOLAR DE SANTA MARIA:

Neste capítulo é de destacar a importante tendência de um menor número de alunos que optam pelos cursos profissionais/técnicos face aos que desejam prosseguir estudo no ensino superior. Esta tendência releva ainda que persiste uma fraca notoriedade/imagem do ramo profissional, prefigurando-se um desconhecimento

generalizado sobre as áreas técnicas com maior expressão e maior empregabilidade no concelho de Bragança.



CENTRO ESCOLAR DA SÉ



ESCOLA MUNICIPAL FIXA DE TRÂNSITO

A escola está em funcionamento desde o ano letivo 2000/2001.

Ao longo destes anos tem fomentado e solidificado os princípios pedagógicos da segurança rodoviária, intensificando ao longo dos anos letivos ações de sensibilização que visam combater os altíssimos e sempre atuais índices de sinistralidade rodoviária.

A espontaneidade característica das crianças revela-se também nas situações de circulação rodoviária. Isto determina que a criança está sujeita, como utente da estrada, a uma vulnerabilidade muito elevada pelo seu comportamento pouco adequado às exigências da circulação rodoviária: as suas particularidades físicas e psíquicas condicionam fortemente a sua atitude e a sua inserção no trânsito. Por esta razão este projeto visa agir sobre este e outros fatores com vista a promover a segurança rodoviária dos mais jovens, adaptando a criança à circulação rodoviária (orientando-a para que adquira e assuma comportamentos corretos como utente da

via pública) e adaptando a circulação rodoviária à criança (agindo sobre o ambiente rodoviário e sobre o comportamento dos utentes da estrada).

Objetivos da Escola:

- Ensinar a crianças e jovens noções elementares de segurança rodoviária.
- Fomentar nos mais jovens um comportamento cívico na circulação rodoviária.
- Dar a conhecer as principais regras e sinais de trânsito essenciais aos jovens utentes da estrada.
- Melhorar o comportamento e as atitudes dos futuros utentes da estrada.

Público alvo da escola:

- Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Bragança;
- Alunos de outros Concelhos do Distrito de Bragança que solicitem.
- Outros públicos: escolas de outros níveis de ensino que solicitem.

Ações desenvolvidas pela Escola:

- Grupos de 20 – 25 alunos do 1º Ciclo por dia
- Sessões teóricas de educação rodoviária em sala – 45 minutos
-
- Sessões práticas de educação rodoviária na pista exterior da Escola – 30 minutos
- Outras ações de educação rodoviária:

Parceiros/Colaboradores da Escola:

- Divisão de Trânsito da Polícia de Segurança Pública - Bragança
- Programa Escola Segura da Polícia de Segurança Pública - Bragança

ESCOLA MUNICIPAL DE DANÇA

A Escola Municipal de Dança de Bragança, resulta de obras de requalificação e ampliação da antiga Escola Primária do Loreto (no âmbito do Plano de Ação “Bragança Ativa – Requalificação e dinamização do Centro Histórico”).

Fez-se um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Bragança e a Fundação “Os Nossos Livros”, com vista à “integração” da Escola Municipal de Dança no Conservatório de Música de Bragança, que se denomina, agora, de Conservatório de Música e de Dança de Bragança.

A Escola Municipal de Dança está, assim, vocacionada para o ensino de cursos oficiais na área da dança, conferindo o nível 2 do quadro nacional de qualificação e funciona em regime articulado.

ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS E SERVIÇO EDUCATIVO NOS DIVERSOS EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS

Dia Mundial da Criança

Todos os anos no dia 1 de Junho, comemora-se o Dia Mundial da Criança com a participação de crianças do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino público e privado de Bragança. O dia é assinalado com várias atividades e com a colocação de insufláveis próximos de todas as escolas do pré-escolar e 1º ciclo do concelho de Bragança.

Prendas de Natal

Imbuída do espírito da quadra natalícia o Município distribui por todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do concelho uma lembrança com votos de Boas Festas e Próspero Ano Novo, num total de cerca de 2000 alunos abrangidos.

Projeto Sorrir Branquinho

O Município de Bragança em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Bragança, prepara a visita dos alunos do ensino pré-escolar dos jardins-de-infância do concelho de Bragança, nomeadamente os que aderiram à escovagem dos dentes em ambiente escolar, ao Centro de Saúde - Gabinete de Saúde Oral, a realizar no início do ano letivo 2013-2014. (ver doc.anexo)

TRANSPORTES ESCOLARES

De acordo com o Decreto-lei nº299/84 de 5 de Setembro, a intervenção da Câmara Municipal de Bragança em matéria de transportes escolares consiste na oferta de serviço de transporte entre o local de residência e o local do estabelecimento de ensino a todos os alunos dos ensinos básico e secundário que se encontrem matriculados de acordo com as normas estabelecidas, sempre que os mesmos residam a mais de 3Km ou de 4 Km das escolas, respetivamente sem e com refeitório escolar.

O serviço de transporte escolar é gratuito para os alunos do ensino básico e participado em 50% para os alunos do ensino secundário.

Anualmente, o transporte escolar custa em média ao Município cerca de 600.000,00€. O transporte escolar é realizado com carros de aluguer e em carreira pública.

SUGESTÕES REDE SOCIAL/EAPN

Fomentar estratégias que promovam maior envolvimento e responsabilização dos pais/ encarregados de educação; Melhorar as respostas alternativas existentes por parte dos Ministérios da Educação e do Emprego para os menores em idade escolar obrigatória ou profissionalizante; Intervir localmente e de modo contextualizado, desenvolvendo projetos integrados, interdisciplinares, sistémicos, diferenciados, flexíveis, participados e democráticos; Maior articulação entre a Escola e os parceiros sociais com responsabilidades na matéria (famílias, CPCJ, técnicos da área do social, entre outros); Partilha do projeto educativo pelos diversos agentes educativos (escola, família e comunidade); Promover uma oferta de ensino profissionalizante de acordo com as necessidades e potencialidades do distrito; Incrementar novas respostas para a ocupação dos tempos livres dos jovens e adultos na comunidade e nas escolas.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

VALÊNCIAS

No Agrupamento de Escolas Abade de Baçal, a nível da intervenção/apoio da Educação Especial:

- Intervenção Precoce nos infantários das IPSS
- 1º CEB
- 2º CEB
- 3º CEB
- Cursos Profissionais do Ensino Secundário
- Cursos da Portaria 275-A/2012 de 11 de Setembro
- Currículos Específicos Individuais no Ensino Secundário

MEDIDAS EDUCATIVAS

- Apoio Personalizado
- Apoio Educativo
- Apoio Domiciliário
- Adequações Curriculares
- Condições especiais de Avaliação
- Tecnologias de Apoio
- Currículos Específicos individuais

- Teleaula

PATOLOGIAS

- Domínio cognitivo – domínio onde se verifica maior nível de incidência
- Domínio da comunicação, fala e linguagem
- Domínio emocional e da personalidade
- Domínio motor
- Domínio sensorial: audição e visão

RESPOSTAS EDUCATIVAS

- Unidade de Multideficiência
- Escola de Referência a nível da surdez,
- Escola de Referência para a cegueira e baixa visão;

Oferta Educativa para os alunos de Currículo Específico Individual:

- Musicoterapia
- Cinoterapia
- Clube de Informática
- Clube de Expressões Artísticas
- Boccia – Atividade desportiva para pessoas portadoras de deficiência

PROTEÇÃO SOCIAL

Imagem: Dados estatísticos sobre Saúde e Segurança Social (2018).

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (%)	1,7	2011-2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Taxa quinquenal de mortalidade infantil (%)	2,6	2011-2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Taxa de mortalidade por tumores malignos (%)	3,2	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Farmácias e postos farmacêuticos móveis (Nº)	9	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Camas dos hospitais (Nº)	199	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Médicos por mil habitantes (Nº)	4,8	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Enfermeiros por mil habitantes (Nº)	16,4	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Total de pensionistas (Nº)	9.971	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Valor médio anual das pensões (€)	3.593,00	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Total de beneficiários de subsídios de desemprego (Nº)	1.149	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Valor médio anual do subsídio de desemprego (€)	2.539,00	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Total de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (Nº)	469	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Beneficiários do RSI da Seg. Social em idade ativa (%)	24,2	2012	http://www.portalmunicipal.pt
Intituições na área social (Nº)	32	2012	Carta Social do Concelho de Bragança
Capacidade de alojamento em estruturas residenciais para idosos	768	2011	Centro Distrital de Bragança Segurança Social
Total de beneficiários de abono de família para crianças e jovens (Nº)	2.431	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)

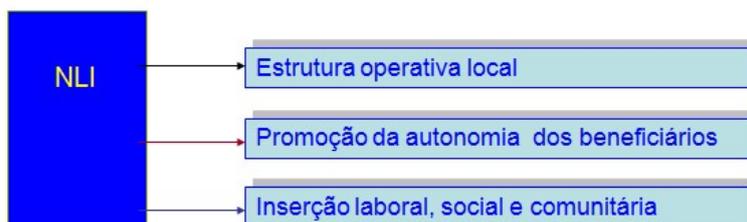
Fonte: Município de Bragança – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2019.
Plano Estratégico 2019

NÚCLEO LOCAL DE INSERÇÃO (RSI)

A definição do ISS, I.P. do RSI é a seguinte:

“O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social e é constituída por: Um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente; Uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas. As pessoas, para receberem o Rendimento Social de Inserção, celebram e assinam um Contrato de Inserção, do qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à sua integração social e profissional.”

O Núcleo Local de Inserção estrutura-se em 3 objetivos



Os Núcleos Locais de Inserção (NLI) de âmbito concelhio ou em função da unidade de freguesia, constituem-se como órgãos locais responsáveis pela gestão processual (estrutura operativa) continuada dos percursos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI). Alicerçam a sua atuação no combate à pobreza e exclusão social, promovendo o desenvolvimento de estratégias de captação de recursos locais potenciando a integração em mercado de trabalho e qualificação profissional com vista à autonomização e capacitação dos beneficiários de RSI.

Relativamente à sua constituição, apresenta-se de forma participada, integra a representação de organismos públicos com atuação nos setores da segurança social, emprego e formação profissional, educação, saúde e autarquias locais. A composição dos NLI pode integrar outras entidades, como IPSS, ONG que desenvolvam a sua atividade na respetiva área geográfica de atuação do NLI e que na sua atuação sejam criadas oportunidades de inserção.

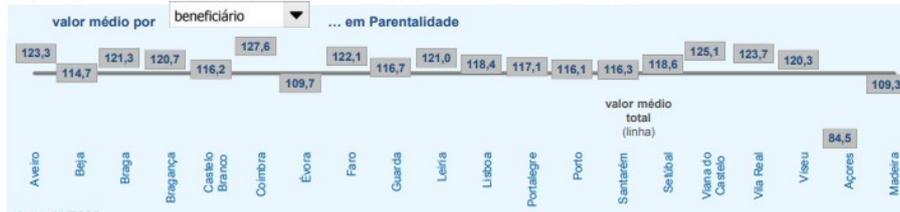
Os Núcleos Locais de Inserção assumem-se, portanto, como espaços privilegiados de participação, articulação e integração de estratégias de inclusão.

Fonte MTSSS 2018.

famílias com processamento de rendimento social de inserção (RSI)

(número e euros)

	2018						valor médio de out.
	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	
total	102.651	102.128	101.758	101.615	101.905	101.248	257,9
Aveiro	5.076	5.077	5.054	5.064	4.933	4.911	257,0
Beja	1.757	1.720	1.724	1.714	1.701	1.675	324,6
Braga	3.381	3.323	3.317	3.298	3.341	3.329	249,0
Bragança	1.007	1.012	1.006	1.009	1.022	1.017	280,6
Castelo Branco	1.749	1.686	1.652	1.650	1.653	1.637	255,1
Coimbra	3.640	3.621	3.557	3.586	3.562	3.514	228,1
Évora	1.427	1.391	1.391	1.378	1.346	1.321	275,1
Faro	2.735	2.695	2.634	2.623	2.619	2.582	270,1
Guarda	1.354	1.305	1.269	1.290	1.279	1.232	267,4
Leiria	2.078	2.036	1.990	1.982	1.988	1.967	249,5
Lisboa	18.269	18.394	18.359	18.451	18.498	18.345	263,3
Portalegre	1.346	1.326	1.311	1.290	1.302	1.259	301,0
Porto	30.787	30.695	30.765	30.655	30.772	30.726	244,9
Santarém	2.565	2.527	2.468	2.467	2.512	2.512	271,0
Setúbal	9.124	9.150	9.127	9.133	9.180	9.106	275,2
Viana do Castelo	1.227	1.212	1.201	1.186	1.191	1.176	227,3
Vila Real	2.882	2.894	2.894	2.838	2.886	2.908	243,1
Viseu	3.671	3.598	3.601	3.565	3.585	3.512	254,4
Açores	6.645	6.473	6.414	6.377	6.380	6.318	277,4
Madeira	1.931	1.993	2.024	2.059	2.155	2.201	251,8

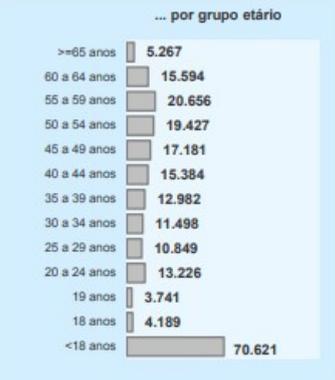


fonte: I/MTSSS.

beneficiários com processamento de rendimento social de inserção (RSI)⁽¹⁾

(número e euros)

	2018						valor médio de out.
	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	
total	222.551	221.286	220.725	220.760	221.697	220.615	115,1
Aveiro	10.493	10.478	10.450	10.462	10.238	10.163	123,3
Beja	4.786	4.708	4.659	4.688	4.652	4.622	114,7
Braga	6.637	6.622	6.598	6.591	6.668	6.717	121,3
Bragança	2.335	2.327	2.323	2.322	2.348	2.347	120,7
Castelo Branco	3.621	3.481	3.413	3.484	3.518	3.464	116,2
Coimbra	6.439	6.412	6.283	6.318	6.269	6.171	127,6
Évora	3.455	3.343	3.327	3.277	3.256	3.214	109,7
Faro	5.569	5.506	5.459	5.461	5.548	5.582	122,1
Guarda	2.924	2.822	2.802	2.818	2.846	2.699	116,7
Leiria	4.160	4.083	3.985	3.891	3.942	3.916	121,0
Lisboa	39.959	40.171	40.191	40.424	40.585	40.219	118,4
Portalegre	3.274	3.247	3.248	3.274	3.273	3.086	117,1
Porto	64.381	64.201	64.187	64.019	64.240	64.205	116,1
Santarém	5.612	5.499	5.493	5.498	5.663	5.689	116,3
Setúbal	20.376	20.486	20.449	20.509	20.581	20.632	118,6
Viana do Castelo	2.238	2.181	2.150	2.125	2.135	2.114	125,1
Vila Real	5.636	5.644	5.602	5.503	5.599	5.634	123,7
Viseu	7.698	7.501	7.520	7.460	7.505	7.360	120,3
Açores	18.554	18.055	17.967	17.928	17.955	17.800	84,5
Madeira	4.405	4.520	4.620	4.708	4.879	4.983	109,3



notas: dados sujeitos a atualizações*.

(1) caso um beneficiário tenha lançamento por mais de um centro distrital no mês, ele é contabilizado várias vezes nesta tabela.

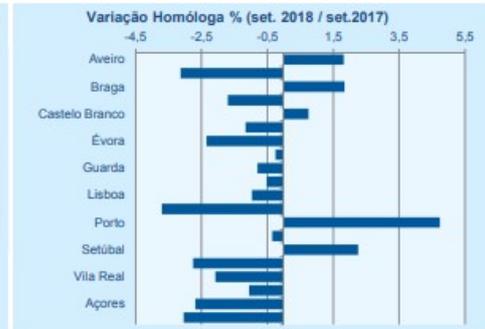
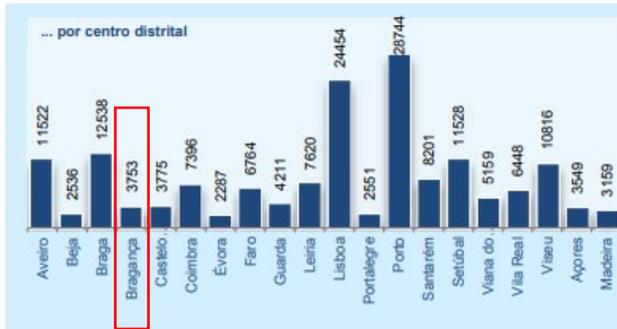
fonte: I/MTSSS, Estatísticas da Segurança Social.

Mais informação em: <http://www.seg-social.pt>

complemento solidário para idosos (CSI)

(número)

beneficiários	165.398	165.428	165.750	166.658	167.191	167.480	167.112	167.573	167.011
Homens	49.048	49.035	49.228	49.665	49.941	50.051	49.876	50.043	49.796
Mulheres	116.350	116.393	116.522	116.993	117.250	117.429	117.236	117.530	117.215



PROTEÇÃO SOCIAL

Carta Social 2018 (ERPI)

Resposta Social: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos e Residência) - Equipamentos existentes no Distrito de Bragança, Concelho de Bragança		
Equipamentos: 22	Capacidade Total: 833	Total de utentes: 803
Ocorrências de 1 a 22		
Concelho / Freguesia	Equipamento	Instituição
Bragança		
Baçal	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE BAÇAL	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE BAÇAL
Coelhoso	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTO ANTÓNIO	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTO ANTÓNIO
França	EQUIP SOC C.S.P. NOSSA SR. DA PONTE FRANÇA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL Nº SRª DA PONTE
Nogueira	CASA DE REPOUSO SRª DA CABEÇA - LAR DE ACOLHIMENTO DE IDOSOS	CASA DE REPOUSO SRª DA CABEÇA - LAR DE ACOLHIMENTO DE IDOSOS
Outeiro	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL STº CRISTO	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL STº CRISTO
Quintanilha	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL S. TOMÉ	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SÃO TOMÉ
Rebordãos	PARTILHA DOS AFETOS AJS - CASA DE REPOUSO UNIPessoal LDA	JACINTA & SÉRGIO LEMOS, LDA AJS - CASA DE REPOUSO UNIPessoal, LDA
Salsas	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SÃO ROQUE- SALSAS	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SÃO ROQUE
Samil	FUNDAÇÃO BETÂNIA PALÁCIO DA SABEDORIA, RESIDÊNCIA GERIÁTRICA	FUNDAÇÃO BETÂNIA ANTÓNIO E GUALTER MARTINS LDA
Santa Comba de Rossas	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL SANTA COMBA DE ROSSAS	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SANTA COMBA DE ROSSAS
São Pedro de Sarracenos	CSSPS - CENTRO SOCIAL DE S. PEDRO DE SERRACENOS	CSSPS - CENTRO SOCIAL DE S. PEDRO DE SERRACENOS
Sortes	CASA MAIOR	DO NASCIMENTO E VALENTE, LDA
União das freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE IZEDA	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE IZEDA
União das freguesias de Parada e Falde	CASA DA EIRA - LAR DE IDOSOS	CASA DA EIRA - LAR DE IDOSOS, LDA
União das freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo	LAR DE IDOSOS SANTA ISABEL CASA DE REPOUSO STA VITÓRIA UNIPessoal LDA. CENTRO SOCIAL PADRE MIGUEL LAR DE IDOSOS IMACULADA CONCEIÇÃO LAR DEPENDENTES STª TERESA D'ÁVILA CENTRO SOCIAL SANTA CATARINA - LAR DE ISABEL MARIA PIRES	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA CASA DE REPOUSO SANTA VITÓRIA, UNIPessoal LDA OBRA SOCIAL PADRE MIGUEL SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA CENTRO SOCIAL S.TA CATARINA - LAR DE ISABEL MARIA PIRES

Quadro: ERPI – Equipamentos Lucrativos (Idosos).

Pessoas Idosas - Equipamentos Lucrativos		
Tipologia	N.º de Equipamentos	Capacidade Total
ERPI	9	171
C. Dia	2	16
SAD	3	112
TOTAIS	14	299

Quadro: Equipamentos Pré-escolar no concelho de Bragança.

Equipamentos Pré-Escolar do Concelho de Bragança		
CONCELHO DE BRAGANÇA	JARDINS DE INFÂNCIA	Capacidade
	CSP Santo Condestável	25
	CSP Santos Mártires	25
	SCM BRAGANÇA - Cinderela	100
	SCM BRAGANÇA - S. João de Deus	75
	SCM BRAGANÇA - Coxa	75
	Cáritas Diocesana	75
	CS Obra Kolping	25
	CS Santa Clara	100
	CS Sagrado Coração de Jesus	75
TOTAIS:	9	575

Quadro: Equipamentos na área da deficiência.

(APADI; A\$CUDT; CEE)	Tipologia	RS Existentes	Cap. Total da RS
	CONCELHO DE BRAGANÇA	Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)	3
Lar Residencial		3	169
Residência Autônoma		2	10
Apoio Domic. Def. (SAD)		1	3
TOTAIS:		9	312

Quadro: Equipamentos sociais na área da família e comunidade.

FAMÍLIA E COMUNIDADE		
Tipologia	N.º de Equipamentos	Capacidade Total
Refeitório Social	5	290
Cantina Social	3	200
CAT - Comunidade	2	18
Centro Comunitário	1	150
Intervenção Direta	1	50
Casa de Abrigo	1	10
TOTAIS	13	718

Quadro: Equipamentos com ATL.

Equipamentos do Concelho de Bragança		
CONCELHO DE BRAGANÇA	ATL's (com acordo com a Seg. Social)	Capacidade
		Casa de Trab. Dr. Oliveira Salazar
	CSP Santo Condestável	64
	CSP Santos Mártires	30
	SCM BRAGANÇA - Cinderela	95
	CS Santa Clara	60
	CSP São Bento São Francisco	30
TOTAIS:	6	309

Quadro: Creches da rede solidária e lucrativa.

	N.º de Equipamentos	Capacidade
Creches não lucrativas	8	340
Creches lucrativas	1	30
Total:	9	370

HABITAÇÃO | HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL

Imagem: Dados estatísticos sobre Habitação (2018).

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Alojamentos familiares clássicos (Nº)*	25.114	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Edifícios clássicos de habitação familiar (Nº)*	16.730	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Edifícios licenciados (Nº)	133	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Edifícios concluídos (Nº)	61	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar (Nº)	50	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar (Nº)	73	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante (€)	248	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Idade média dos edifícios (anos)	34,03	2011	http://www.portalmunicipal.pt
Edifícios com necessidade de grandes reparações (%)	3,48	2011	http://www.portalmunicipal.pt
Encargos médios com habitação (€/mês)	305,52	2011	http://www.portalmunicipal.pt
Valor médio dos prédios urbanos transacionados (€)	49.761,00	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Bairros Municipais de habitação social (Nº)	3	2017	Município de Bragança
Fogos de habitação social (N.º)	270	2018	Município de Bragança
Edifícios de habitação social propriedade do Município	27	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Valor médio das rendas dos contratos de arrendamento, hab. Social (€)	18,02	2017	Município de Bragança
Contratos de compra e venda de prédios (N.º)	778	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Contratos de compra e venda de prédios (milhares €)	24.726,00	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos (€ / m²)	808,00	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)

Fonte: Município de Bragança – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2019.

Plano Estratégico 2019

Atualmente, o Município de Bragança é detentor de 267 fogos de habitação social, distribuídos por 3 bairros sociais: Bairro Social da Mãe d'Água (123 frações do MB e 1 fração privada); Bairro Social da Coxa (114 frações do MB – 100% do MB) e o Bairro Social da Previdência (30 frações do MB e 66 privados). Estes bairros foram construídos respetivamente em 1979, 1982 e 1975.

TURISMO, LAZER, DESPORTO E JUVENTUDE

Imagem: Dados estatísticos sobre Turismo, Cultura e Desporto (2018).

INDICADORES	VALORES	ANO	FONTE
Capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros* (Nº)	1.314	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Estabelecimentos de alojamento (N.º)	25	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros (Nº)	90.502	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros (Nº)	63.670	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Estada média de hóspedes estrangeiros (Nº noites)	1,5	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros (Nº noites)	1,4	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Taxa de ocupação cama (líquida) (%)	14,5	2015	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Proveitos de aposento nos estabelecimentos hoteleiros (milhares €)	2,86	2016	INE, Anuário Estatístico da Região Norte (2016)
Imóveis de interesse público (Nº)	21	2017	IGESPAR I.P.
Monumentos nacionais (Nº)	6	2017	IGESPAR I.P.
Imóveis de interesse municipal	2	2017	IGESPAR I.P.
Visitantes do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais (Nº)	13.522	2017	Município de Bragança
Visitantes do Museu Ibérico da Máscara e do Traje (Nº)	10.907	2017	Município de Bragança
Espectadores das sessões do Teatro Municipal de Bragança (Nº)	21.023	2017	Município de Bragança
Utentes da Biblioteca Municipal (Nº)	32.472	2017	Município de Bragança
Utilizadores dos Equipamentos desportivos (Nº)	130.492	2017	Município de Bragança
Visitantes do Centro de Fotografia George Dussaud (Nº)	2.826	2017	Município de Bragança
Visitantes do Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano (CICS)	4.301	2017	Município de Bragança

Nota:
* Capacidade de Alojamento é referida ao mês de julho.

Fonte: Município de Bragança – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2019.
Plano Estratégico 2019

O Turismo será a primeira atividade mundial em receita e o maior empregador de mão-de-obra, é pois uma importante atividade geradora de valor e, designadamente, de emprego, e é essencial ao desenvolvimento sustentado de muitas regiões a nível nacional. O espaço geográfico tem um papel acrescido no sector turístico, sendo essencial olhar para o território, em particular na forma como o turismo aí se integra, no uso que dele fazem como espaço de fidelização dos turistas/visitantes, na intervenção dos poderes públicos (locais, regionais, nacionais) enquanto responsáveis pela regulamentação e regulação da atividade, na sua intervenção no espaço, no

ambiente, na cultura, no seu papel da educação e formação para que se atinja um turismo de qualidade e de proximidade.

Um dos elementos essenciais deste sector é o turista/visitante e as expectativas criadas quando elegem um determinado destino; o seu perfil está a mudar, bem como as suas exigências. Em primeiro lugar, procuram, cada vez mais, o usufruto de um serviço de qualidade. Depois, afiguram-se novas tendências, como a alteração dos períodos de férias, mais curtos e mais repartidos ao longo do ano, a procura de experiências únicas, de uma oferta diversificada e com complementaridade de serviços os quais terão que estar orientados para as suas expectativas.

A elevada qualidade ambiental e paisagística, a riqueza monumental e cultural, a gastronomia, o artesanato, a hospitalidade das nossas gentes, permitem uma oferta diversificada junto do potencial turista que procura o concelho de Bragança como destino de férias.

A dimensão cultural e a qualidade patrimonial existentes em Bragança são uma alavanca para o desenvolvimento local, permitindo dinamizar eventos que representem uma mais-valia para a economia do concelho.

Bragança tem criado as condições necessárias para se diferenciar como um destino turístico de eleição capaz de fidelizar e incentivar a procura de potenciais turistas nacionais e estrangeiros de modo a que estes permaneçam na região, dinamizando a economia através do setor do turismo.

O concelho de Bragança dispõe de uma notável variedade de recursos naturais e históricos que o convertem num destino de especial singularidade e forte atrativo. Obviamente, o núcleo fundamental da oferta turística do concelho está centrado na combinação do turismo de natureza – etnográfico – gastronómico e histórico, que têm como ponto geográfico final o Parque Natural de Montesinho associado ao Turismo de Natureza/ Ativo e à zona histórica da cidade, associado ao Histórico/ Cultural.

A oferta do turismo inclui um conjunto diversificado de recursos e de produtos e serviços. Um dos sectores mais relevantes da oferta turística é o alojamento. A atratividade de um determinado local poderá depender mais ou menos do tipo de alojamento, obviamente que articulado com os restantes sectores como a restauração e a animação. De facto, ele é um indicador do público-alvo, sendo que o potencial de atracção de um local possa depender mais ou menos do tipo de alojamento

proporcionado, onde o Turismo no Espaço Rural emerge como uma área relevante, apresentando grandes potencialidades, consubstanciadas em aspetos como a localização, a estabilidade social, a diversidade e a riqueza etnográfica, a gastronomia, a beleza natural e o património.

A restauração constitui-se como outra atividade relevante da oferta turística, mas geralmente tem os seus serviços e equipamentos desenhados para alvos residentes/população local mas que frequentemente são utilizados e consumidos por turistas durante a sua estadia. De um modo geral apresentam estruturas sólidas e de qualidade.

Entre estas áreas de intervenção, um destaque, especial, para os profissionais que operam exclusivamente na animação turística. Estes profissionais têm por missão promover, operacionalizar e, eventualmente, acompanhar programas e iniciativas de animação de forma a proporcionar aos turistas atividades de entretenimento e lazer complementares aos restantes serviços (alojamento, restauração, etc.) procurando atingir uma economia de partilha e de abertura na forma de trabalhar.

De destacar, ainda, a importância do aprofundamento de conhecimentos específicos ao tipo de animação turística desenvolvido, nomeadamente, conhecimentos ao nível de usos, costumes e tradições, história, geografia, produtos regionais (gastronomia, artesanato, eventos e feiras, jogos tradicionais), de modalidades desportivas ou de questões ambientais.

De um modo geral, as atividades de animação turística são desenvolvidas por empresas especializadas em diferentes tipos de animação. Sendo uma atividade fortemente assente na relação direta com o cliente, assiste-se a uma procura cada vez mais exigente e uma oferta necessariamente mais qualificada. Dado que estamos perante um perfil de consumidor mais informado e mais exigente, tal repercute-se no tipo de produtos e serviços disponíveis, bem como no grau de qualidade e exigência requerido.

Na atual estratégia de desenvolvimento turístico a promoção constitui-se como um domínio de grande significado e importância, no qual o Município de Bragança tem como objetivo dar a conhecer o património monumental, cultural, natural e gastronómico do concelho, de modo a permitir a captação de novos fluxos turísticos. Importa pois, não perder de vista os desafios principais: aumentar a notoriedade do

concelho como destino de eleição e reforçar o grau de satisfação, correspondendo às expectativas crescentes de quem aqui escolhe fazer férias.

Face a isto salienta-se a necessidade de desenvolver competências técnicas específicas, mas também competências pessoais e sociais fundamentais em serviços onde a confiança, e a relação com o cliente seja pautada por uma política de atração orientada para a procura e não para a oferta.

A atividade do turismo enceta pela formação, pela inovação, pela especialização, pela sustentabilidade, mas primeiramente pela alteração de mentalidades e com isso marcar a própria diferença.

A tendência crescente do turismo é resultado da estratégia do Executivo na promoção do território no exterior, com o objetivo de atrair mais turistas, por forma a contribuir para a dinamização da economia local e com isso gerar mais valor e riqueza concelhia, fundamentais para a criação de emprego e sustentabilidade deste território.

Neste âmbito, o Município disponibiliza aos cidadãos meios e oportunidades para que estes possam usufruir de atividades desportivas, ao ar livre e nos equipamentos desportivos municipais,

A assunção desta política é evidenciada em programas como “Mexa-se”, “Desporto Sénior no Meio Rural”, completamente gratuitos e aberto a todos aqueles que queiram participar.

Para além da promoção da prática desportiva de carácter informal, as iniciativas de 2018 pretenderam desenvolver e dar apoio às importantes atividades de competição formal, assumindo para isso as indispensáveis parcerias com as associações e coletividades desportivas, das várias modalidades, do Concelho.

PROBLEMÁTICAS SOCIAIS E GRUPOS DE RISCO

No concelho de Bragança, existem vários grupos de risco que têm permanecido expostos a diferentes formas de pobreza e exclusão social. Estes grupos de risco podem ser caracterizados por diferentes vulnerabilidades só atenuadas com a intervenção das instituições sociais e do papel social do Estado. Em Bragança podemos verificar a existência quer de situações de pobreza mais tradicional, quer novas formas de pobreza, com o surgimento de situações que a crise económica e social impôs a nível nacional.

Acresce assim salientar que os fenómenos de privação económica aumentaram nos últimos anos, fruto da acumulação anterior de fatores de risco, especificamente, os relacionados com o fenómeno do desemprego, representam fundamentalmente em Bragança a falência/redução de oportunidades num mercado de trabalho interno e externo sazonal (com especial incidência nos sectores agrícola e construção civil). Por outro lado, as medidas de austeridade aplicadas aos trabalhadores, conjugada com cortes ao nível das prestações sociais, tem produzido novas vulnerabilidades mesmo nos grupos sociais que se encontram empregados.

Descrição síntese dos grupos vulneráveis presentes em Bragança:

Grupos vulneráveis tradicionais:

- idosos com insuficiência de recursos económicos (baixas pensões, solidão e desintegração familiar)
- camponeses pobres (falta de rentabilidade da atividade agrícola; agricultura de subsistência)
- assalariados com fracas qualificações (baixos salários e relações contratuais precárias).

Novos grupos sociais vulneráveis:

- desempregados de longa duração (dificuldade na reinserção profissional, com qualificações baixas ou altas - caso dos licenciados)
- grupos étnicos e culturais minoritários (precariedade de condições de vida geradoras de identidades étnicas e de processos de racização, ciganos, imigrantes)
- famílias monoparentais (privação de recursos económicos e acesso à habitação)
- pessoas com deficiência (desemprego e dependência social e familiar)
- famílias sobre-endividadas (rendimentos ameaçados pela contração de dívidas)
- crianças e jovens em risco, (ex)toxicodependentes, alcoólicos, detidos e ex-reclusos (excluídos das principais instituições sociais como a família, a escola e o trabalho)

- trabalhadores da economia informal e/ou de trabalho precário/sazonal (exposição latente à pobreza e exclusão social)

Outros grupos:

- mulheres (mais expostas à vulnerabilidade e discriminação; vítimas de violência)
- jovens à procura do primeiro emprego (qualificados e não qualificados)
- pessoas com doenças crónicas (a debilidade física/psíquica impossibilita o exercício de uma profissão de forma estável)
- beneficiários do Rendimento Social de Inserção (constituem uma categoria transversal, pese embora a geral insuficiência de recursos)

Em resumo podemos identificar com grupos sociais prioritários: as pessoas idosas (fracos recursos económicos, montantes baixos das pensões, isolamento e desintegração familiar); as famílias monoparentais; as famílias dedicadas à agricultura de subsistência (fracos retornos da atividade agrícola tradicional e familiar não remunerada); os grupos minoritários alvo de exclusão social (etnias ou grupos culturais alvo de acumuladas formas de estigma e processos de guetização); as pessoas portadoras de deficiência (fraca empregabilidade; forte dependência face a terceiros e baixos valores das pensões); os desempregados de média e longa duração (fracos recursos económicos e fracas prestações sociais); as pessoas empregadas com fracos níveis de qualificação e de instrução (remunerações mais baixas e exposição a trabalho precário); as pessoas empregadas na economia informal (não declaradas, sem proteção social, mercado de trabalho oculto e precário); as pessoas ou famílias com elevados níveis de endividamento (redução drástica do rendimento disponível para as funções familiares essenciais); as pessoas em situação de trabalho temporário e precário (os dados do INE revelam que um em cada dez trabalhadores encontram-se em risco de pobreza). Em 2013, a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores era de 10,7%, enquanto que em 2012 era de 10,5%.

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Bragança

A intervenção das comissões de proteção de crianças e jovens tem lugar quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude atuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se encontram.

A comissão de proteção funciona em modalidade alargada ou restrita, doravante designadas, respetivamente, de comissão alargada e de comissão restrita.

À comissão alargada compete desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem, nomeadamente:

Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades;

Promover ações e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a deteção dos factos e situações que afetem os direitos e interesses da criança e do jovem;

Colaborar com as entidades competentes no estudo e elaboração de projectos inovadores no domínio da prevenção primária dos fatores de risco, bem como na constituição e funcionamento de uma rede de respostas sociais adequadas.

À comissão restrita compete intervir nas situações em que uma criança ou vem está em perigo, nomeadamente:

Atender e informar as pessoas que se dirigem à comissão de proteção;

Apreciar liminarmente as situações de que a comissão de proteção tenha conhecimento,

Proceder à instrução dos processos;

Decidir a aplicação e acompanhar e rever as medidas de promoção e proteção, com exceção da medida de confiança a pessoa selecionada para a adoção ou instituição com vista a futura adoção.

Em 2018 a CPCJ/Bragança procedeu à abertura de 65 novos processos.

Saliente-se que se mantêm as problemáticas com especial enfoque nas seguintes: Negligência; Exposição a Violência Doméstica e a Criança/Jovem assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Relativamente às medidas aplicadas, em conformidade com o disposto no artigo 35º da Lei de Promoção e Proteção, constata-se que a medida de "Apoio Junto dos Pais", é aquela que mais se aplica nos Acordos de Promoção celebrados em 2018.

No que concerne às ações/atividades que visaram prioritariamente a prevenção primária dos maus tratos infantis e/ou a promoção dos direitos das crianças e dos jovens em perigo, destaque para as seguintes: "Tertúlia - A Influência da Lei de Promoção e Proteção no Futuro das Crianças/Jovens"; "Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância"; "Assertividade para a Integração Social"; "Laço Azul", entre outras

Finalmente as Comissões de Proteção podem aplicar as seguintes medidas de promoção e proteção:

- Apoio junto dos pais;
- Apoio junto de outro familiar;
- Confiança a pessoa idónea;
- Apoio para a autonomia de vida;
- Acolhimento familiar;
- Acolhimento em instituição;
- As medidas de promoção e de proteção são executadas no meio natural de vida ou em regime de colocação, consoante a sua natureza.

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

No âmbito da ação social escolar verifica-se a sua função de correção social e combate à pobreza infantil, sendo que para o ano letivo 2018/2019 contemplamos 831 alunos do 1º ciclo do ensino básico, sendo 223 do escalão 1, 173 do escalão 2, 124 do escalão 3, 311 dos restantes escalões.

Assim, pudemos observar 313 crianças da educação pré-escolar, sendo 90 do escalão 1, 53 do escalão 2, 45 do escalão 3 e 125 dos restantes escalões. Apoiamos, ainda, 223 alunos posicionados no escalão 1 do abono de família para crianças e jovens do 1º ciclo do ensino básico com o fornecimento de um suplemento alimentar.

Foram, também, atribuídas fichas de apoio - (1ª e 2ª fase) para as áreas disciplinares de frequência obrigatória aos alunos do 1º ciclo posicionados no escalão 1 do abono de família para crianças e jovens e reembolso de 50% ou 25% aos alunos posicionados nos escalões 2 e 3 respetivamente, abrangendo 520 alunos.

Estes resultados demonstram de forma inequívoca o papel corretivo da ação social escolar, bem como a fragilidade das famílias que têm dependentes em idades escolares que compreendem crianças dos 3 aos 10 anos de idade.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

(Dados NAV/ASMAB)

No âmbito das políticas de prevenção e combate à Violência Doméstica do XVII Governo Constitucional, foi criado, em Dezembro de 2005, o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Bragança através da celebração de um protocolo entre o Governo Civil de Bragança, o Instituto de Segurança Social e a Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica.

Os fins principais do NAV foram e são o atendimento, acompanhamento e encaminhamento qualificado das vítimas de violência doméstica, desenvolvimento de parcerias locais que permitam articular soluções, recolha de informação que permita produzir diagnósticos de caracterização local e dinamização de ações de sensibilização e informação junto das populações do Distrito de Bragança.

Através de uma rede de parceiros e, portanto, da conjugação de sinergias dos organismos envolvidos na sua emergência e todas as estruturas que direta ou indiretamente trabalham a problemática em causa, foi possível criar uma estrutura de atendimento especializado com condições técnicas e logísticas para prestar um apoio efetivo às vítimas, desde a informação e aconselhamento ao encaminhamento para outras instituições que prestam apoio jurídico, social, económico e psicológico e quando necessário encaminhamento para acolhimento imediato.

Num primeiro momento, o NAV funcionou com o apoio técnico do Instituto de Segurança Social que proporcionou os recursos humanos para o atendimento às vítimas num gabinete situado no Governo Civil de Bragança. Nesta altura foi criado um número verde para atendimento de chamadas telefónicas em horário de expediente bem como uma ficha de registo dos processos em acompanhamento pelo NAV.

Paralelamente foi iniciada uma articulação mais estreita com as Forças de Segurança do Distrito de Bragança, através da criação de um gabinete de atendimento a vítimas em todos os postos da GNR e esquadras da PSP e da elaboração de um instrumento único de registo para encaminhamento das vítimas que apresentassem queixa-crime.

O segundo momento iniciou-se em Dezembro de 2008, altura em que a ASMAB assinou com o Centro Distrital de Segurança Social de Bragança um Protocolo de Cooperação Atípico, e em 13 de Julho 2009 o NAV foi oficialmente alargado a mais

sete instituições públicas e privadas para além das três iniciais ficando a rede de parceiros constituída por: Governo Civil de Bragança, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Centro Distrital de Segurança Social, Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E., Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança e Santa Casa da Misericórdia de Bragança e pela disponibilização de atendimento permanente e descentralizado pelos 12 concelhos do Distrito de Bragança.

No seu terceiro momento, iniciado a Outubro de 2011 quando o NAV fixou a sua existência física nas instalações da ASMAB, após extinção dos Governos Cívicos, tornou-se de extrema importância reforçar o trabalho, da única estrutura de atendimento qualificado a vítimas, sobretudo ao nível da informação/sensibilização a par da qualificação dos técnicos, descentralizando as iniciativas e a intervenção direta com as vítimas para que seja possível chegar de forma ainda mais eficaz e eficiente aos concelhos, freguesias, comunidades e famílias do Distrito de Bragança.

Para tornar possível o cumprimento desses objetivos, a ASMAB contratou uma psicóloga e uma assistente social, que se mantêm como recursos humanos afetos a 100% ao NAV e desenvolveu o Projeto (Re) Equilibrar, no âmbito da tipologia 7.3 do POPH, em execução física desde Agosto de 2011 até Dezembro de 2013, cujos principais objetivos foram:

- Prevenir a Violência Doméstica e de Género, através de mecanismos de informação, sensibilização, desmistificação e educação para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação, reforçando o papel do Sistema de Ensino como agente estruturante para a Igualdade de Género;
- Fortalecer o envolvimento da sociedade civil e das ONG's na Luta Contra a Violência Doméstica e de Género;
- Intervir descentralizada e multidisciplinarmente em termos de atendimento, acompanhamento e encaminhamento das vítimas, em todo o Distrito de Bragança;
- Promover a eficiência dos instrumentos de política pública aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros nº 5/2011, de 18 de Janeiro e constantes no IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica 2011-2013.
- Desenvolver competências pessoais e sociais nas vítimas de Violência Doméstica.

Paralelamente e no âmbito de uma colaboração com a Escola Superior de Educação de Bragança, entidade parceira do NAV, foi elaborado o Guia de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica. Depois da elaboração do Itinerários... Guia de Recursos e Percursos no Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica, em 2011, que pretendeu dotar os técnicos de toda a informação para uma intervenção de excelência com as vítimas, seguiu-se o Guia de Apoio às Vítimas com o objetivo do seu empowerment.

Ao longo de todos os anos de funcionamento, e especificamente em 2013, foram várias as ações que organizamos e/ou participamos para sensibilizar a comunidade civil da problemática da violência doméstica:

Apresentação pública do Guia de Apoio a Vítima na ESE

Elaboração da Agenda Multicultural Contra a Violência Doméstica;

Participação como oradora no Seminário “Violência Doméstica e a realidade do Distrito de Bragança”

Participação na ação de divulgação da PSP na aproximação às instituições parceiras

Execução física das sessões do Grupo de Ajuda Mútua

Elaboração do Boletim Institucional da ASMAB.

Comemoração do Dia Internacional da Mulher no Estabelecimento Prisional de Izeda;

Comemoração do Dia Internacional da Mulher em parceria com o Projeto Pontes de Inclusão da Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar, onde foi explorado o tema da Igualdade/Desigualdade de Género e Direitos das Mulheres, na Escola da Mãe-de-Água em grupos de alunos do 1º ao 4º ano letivo;

Participação na I Feira da Saúde do Nordeste Transmontano organizada pela Associação dos Diabéticos do Distrito de Bragança Participação como oradora no Seminário Sexualidades no âmbito da Feira;

Ação de Sensibilização na Escola Emídio Garcia com uma turma de 11º ano;

Participação como oradora no Seminário “Os maus-tratos na infância: prevenção Diagnóstico e Intervenção promovido pela CPCJ de Mirandela;

Participação na Feira de Emprego promovida pela Câmara Municipal de Bragança;

Participação no Dia do Comando Distrital da PSP de Bragança;

Execução das ações de sensibilização “Dia Mundial do Idoso” junto das Santas Casas da Misericórdia e Centros Sociais e Paroquiais do Distrito de Bragança;

Realização de reportagens televisivas na RTP e SIC para divulgação de testemunhos de vítimas acompanhadas pelo NAV de Bragança no sentido da sensibilização à denúncia e promoção do funcionamento do NAV no âmbito da intervenção direta com vítimas; Realização da entrevista da RTP;

Realização de entrevistas nas rádios locais para divulgação do NAV e do Projeto (Re)Equilibrar bem como a intervenção com vítimas de violência doméstica: Rádio Onda Livre em Macedo de Cavaleiros, rádio Brigantia – Bragança, Miranda do Douro e Alfândega da Fé e Rádio Terra Quente em Mirandela;

Elaboração e afixação dos *mupies* relativos à problemática da violência doméstica nas suas mais variadas formas e vítimas pela cidade de Bragança;

Organização do Seminário “Investigação e práticas de intervenção na violência doméstica” que fez parte das II Jornadas Nacionais Contra a Violência Doméstica;

Elaboração de material de divulgação (canetas, blocos de papel, post-it, porta-chaves, manuais de procedimentos e guias de apoio à vítima e sacos com a reprodução dos *mupies* afixados na cidade) para o seminário com os logos do projeto e frases de sensibilização;

Elaboração de material de divulgação para os alunos das escolas secundárias de Bragança em articulação com as associações de estudantes - Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal, Emídio Garcia, Miguel Torga e Agrupamento de Escolas de Vinhais;

Participação do NAV no Seminário “Problemáticas da Violência de Género e Violência Doméstica” promovido pela LACSAF em Alfândega da Fé.

No Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Bragança, foram atendidas: no ano de 2017, 120 vítimas, das quais 62 representam casos novos de 2017 que surgiram via queixa-crime formal nas Forças de Segurança ou pedidos de apoio no NAV.

Relativamente à área geográfica de residência das vítimas, os concelhos de Bragança (64 casos) e Mirandela (21) lideram o número de casos de violência doméstica, também porque é aqui que se concentra a maior densidade populacional do Distrito, mas outros concelhos apresentam-se igualmente problemáticos como Vinhais (5) Macedo de Cavaleiros (4), Mogadouro (4) e Miranda do Douro (4) que apresentam um significativo o número de casos em termos percentuais.

A prevalência a nível da faixa etária incide entre a terceira e quarta idade (violência conjugal – 17 casos; violência contra ascendentes – 14 casos; e violência contra a pessoa idosa no contexto familiar – 1 caso), e entre os 35-44 anos (30 casos). No entanto, verifica-se uma significativa incidência de episódios de violência doméstica entre os 45-54 anos idades (23 casos).

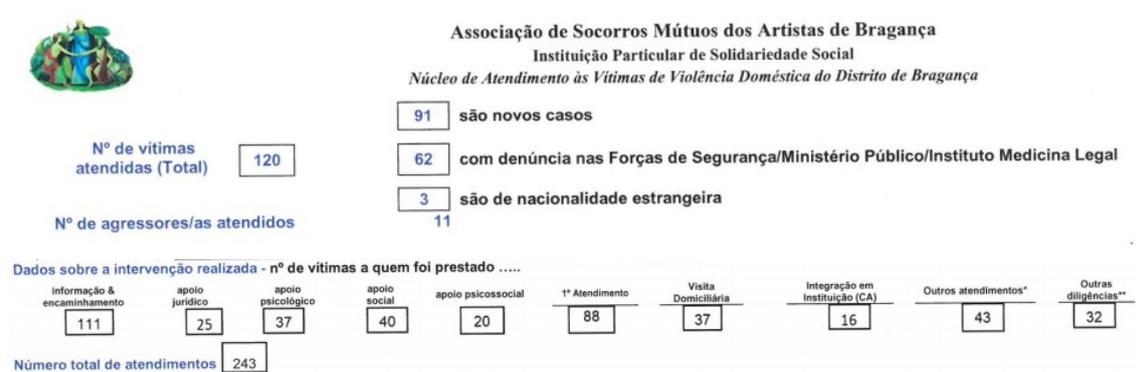
A grande maioria das vítimas está casada com o agressor, pese embora o valor relativamente significativo de vítimas a viver em regime de união de facto ou já separadas/divorciadas dos agressores.

No que diz respeito às habilitações literárias, 73,7% das vítimas possui apenas um dos níveis do ensino básico e 10,6% não tem qualquer habilitação, sendo esta uma das causas do desemprego que atinge 30,3% das vítimas desempregadas. Também associada à baixa escolaridade encontra-se a precaridade laboral e as baixas remunerações, que afetam a estabilidade percecionada pelas vítimas e dificultam a autonomização e construção de um projeto de vida afastado da violência, em geral.

Intimamente associadas à violência doméstica encontram-se outras problemáticas como a posse de armas ilegais, o consumo de substâncias psicoativas (álcool e drogas), o baixo nível cultural e económico e as perturbações psicopatológicas.

Especificamente e em relação a 2016, o número de casos onde se verificava consumos abusivos de álcool por parte do agressor e os problemas de saúde mental diminuiu.

Dados: ASMAB/NAVVD 2018.



IDOSOS

O índice de envelhecimento do concelho de Bragança em 2001 era de 140,2, para em 2012 assumir já o expressivo valor de 183,2. Estes dados significam que o peso da população idosa é crescente e assume-se claramente como um grupo de risco de óbvia priorização em diferentes tipos de resposta sociais destinadas a melhorar a qualidade de vida deste grupo etário.

Segundo o programa Censos Sénior da GNR (2017), existiam no distrito de Bragança 3232 pessoas em situação de isolamento e/ou sozinhos (sendo que 2.584 vivem sozinhos (80%), 30 idosos vivem em locais fisicamente isolados (1%), 26 idosos vivem sozinhos e isolados (1%) e 592 (18%) idosos noutras situações de vulnerabilidade.

O CLAS Bragança considera que o isolamento físico e social da população idosa representa um problema grave que se constata no terreno, quer através de situações caracterizadas por um contacto mínimo com outras pessoas (interação social mínima), quer através dos fracos níveis de participação na sociedade e/ou na comunidade local.

Acresce que esta franja da população revela, na sua maioria, défices de bem-estar material (alguns revelam graves sintomas de privação material severa), na sua generalidade devido aos baixos valores das suas pensões, que podem implicar duas situações muito distintas: viverem sozinhos e/ou revelarem sintomas de solidão.

O isolamento não se assume como uma matéria de fácil intervenção, mas requer a promoção de contactos com uma rede social mais alargada, bem como a promoção da sua participação e acompanhamento na comunidade onde residem, ambos podem contribuir para atenuar os fenómenos de isolamento e de solidão. A perda de referências no mundo atual, aliada aos fracos níveis escolares (infoexclusão), bem como a falta ou fracos níveis da qualidade das relações que mantém com as outras pessoas constituem graves problemas que devem ser combatidos em várias frentes.

COMUNIDADE CIGANA

(Dados *Diagnóstico Rede Social de Bragança 2006*)

Os ciganos do concelho de Bragança autodenominam-se de Ciganos apresentando claras diferenciações relativamente a outro grupo que habita a região e a outros ciganos do país e de Espanha, que identificam como Gitanos ou Quitanos.

No que diz respeito aos Gitanos/Quitanos não são originários do concelho, mas deslocaram-se para a cidade de Bragança na década de 90 do século passado, onde atualmente reside uma família. Dedicam-se à venda ambulante, não apresentam dificuldades económicas, mas não estão integrados, pois fecham-se na sua comunidade e não se relacionam com sociedade maioritária.

Quanto aos autodenominados Ciganos, de uma forma geral, os que habitam no meio rural e no meio urbano, a residir em barracas e casas degradadas, caracterizam-se por elementos identificativos comuns, pois entre eles existe determinado grau de parentesco e um passado com vivências idênticas.

No concelho, na maioria das localidades rurais, fixaram-se há cerca de trinta ou quarenta anos, mas podemos encontrar aldeias, onde o seu período de fixação é anterior ou posterior a estes anos.

Tradicionalmente, os Ciganos associavam-se ao negócio de animais, asininos e muares mas, com a mecanização da agricultura, deixaram de exercer essa atividade. Muitos dedicavam-se também ao fabrico artesanal de albardas e cestas e as mulheres e crianças à mendicidade, que um passado nómada lhes impunha.

A substituição do trabalho do animal pelos tratores e restante maquinaria agrícola, o uso mais vulgarizado do automóvel, assim como a entrada de utensílios de plástico no mercado, deixaram os ciganos sem qualquer tipo de atividade para a qual estivessem minimamente vocacionados e habilitados.

Com o passar dos tempos, este grupo étnico teve necessidade de se adaptar à realidade começando a explorar outras formas de sobrevivência e a exercer outro tipo de atividades.

Além da emigração, iniciada na década de 60 do século anterior, ocorreu a sedentarização de famílias nómadas e a deslocação de algumas para o meio urbano.

Atualmente, no que diz respeito ao meio rural, podemos encontrar famílias sedentarizadas que desempenham um papel importante no desenvolvimento das atividades agrícolas das aldeias onde residem e até em localidades vizinhas.

Estes são considerados mão-de-obra indispensável, uma vez que a população não cigana está cada vez mais envelhecida e perde, gradualmente, a capacidade de produzir.

Quanto aos que se deslocaram para o meio urbano (referimo-nos aos que habitam nas barracas e casas degradadas) tinham como objetivo a procura de melhores condições de vida.

Na cidade, as oportunidades de emprego são escassas, uma vez que estamos perante indivíduos sem qualificação profissional e com baixa ou nula escolarização, acrescido do fator rejeição, por parte da sociedade maioritária. Assim, o desemprego é uma constante, prolongando-se ao longo dos anos. Por vezes dedicam-se à recolha de ferro velho, construção civil e trabalhos agrícolas sazonais, em Espanha e na região, como as vindimas, apanha de lúpulo, da batata, castanha, azeitona ou outros produtos.

Um recurso económico importante para as famílias do meio rural ou urbano que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza é o Rendimento Social de Inserção (RSI).

Pelo facto de possuírem mais que uma ocupação, depende-se que nenhuma delas é por si só suficientemente rentável para cobrir as suas necessidades básicas.

As famílias sedentárias formam um número elevado, no entanto, deve-se tomar em consideração a percentagem dos que pratica o semi-sedentarismo. Estes são os que se deslocam, de forma regular, temporariamente, para Espanha ou outras regiões do nosso país, onde realizam trabalhos agrícolas. Encontramos ainda alguns, sobretudo jovens, que se deslocam num vaivém constante entre Portugal e Espanha ou entre várias localidades do nosso país onde residem familiares seus.

Em relação à sua inserção, no meio local, podemos encontrar as seguintes situações no meio rural: (i) aldeias onde estão integrados; (ii) aldeias onde algumas famílias estão integradas; (iii) aldeias onde não estão integrados.

As famílias integradas estão sedentarizadas e não se deslocam da sua localidade, uma vez que aí exercem a sua atividade laboral. Atualmente, há agricultores que lhes cedem terrenos para eles cultivarem, ou os próprios adquiriram pequenas parcelas. Nalgumas aldeias há famílias hostilizadas pela população local, vivendo marginalizadas, contrariando os mais elementares direitos humanos e sociais.

A relação que têm com o meio local repercute-se no seu modo de vida pois, as famílias que não estão integradas são as que praticam a itinerância, na procura de meios de sobrevivência.

No que diz respeito à sua situação económica e habitacional encontramos casos que consideramos graves e mesmo muito graves, tanto no meio rural como urbano. Embora alguns possuam habitação, muitas das casas não têm as condições mínimas de habitabilidade, por vezes sem água, luz ou saneamento.

As aldeias onde a comunidade cigana é em número mais elevado são Rebordãos, Sortes, Rossas, Zoio, Carragosa e Izeda, sendo que em muitas outras localidades do concelho também encontramos famílias ciganas.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Após a publicação da Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto, foi criada a 4ª geração do Programa CLDS que visa, à semelhança dos programas anteriores, promover a inclusão social através da capacitação dos territórios e pessoas que neles vivem, sendo a proximidade uma aposta no sucesso deste tipo de projeto, bem como na forte componente de parcerias no interior dos territórios abrangidos pelo mesmo.

As ações sobre a promoção do emprego de pessoas e famílias, sobre a pobreza infantil relacionada com agregados familiares com filhos a cargo, sobre o combate ao isolamento e exclusão social de pessoas envelhecidas ou com mobilidade reduzida, sobre a promoção da inclusão sobre pessoas com deficiência e incapacidade constituem, no seu conjunto, uma importante frente de combate à pobreza e exclusão social que deve ser mantida pelas diferentes entidades. De referir que este programa cumpre transversalmente os objetivos e prioridades definidas nos vários instrumentos de planeamento territorial do CLAS – Conselho Local de Ação Social do Concelho de Bragança.

Deste modo, e de acordo com o conteúdo da referida Portaria, especificamente no Capítulo II – Entidades envolvidas – Artigo 10.º, ponto 1, “Por cada CLDS-4G, e nos casos de resposta positiva ao previsto no n.º 3 do artigo 2.º, a câmara municipal seleciona uma entidade coordenadora local da parceria (ECLP), de entre entidades de direito privado sem fins lucrativos que atuem na área do desenvolvimento social e no território de intervenção do CLDS-4G.”.

No Capítulo III – Normas procedimentais, artigo 13.º - Procedimento inicial -, ponto 1, refere-se que a ECLP deve escolher a ELEA e aprovar a constituição de uma parceria para o desenvolvimento do CLDS-4G. e no Ponto 2, refere-se que “A escolha da ELEA está sujeita a parecer do CLAS.”.

Ainda na referida Portaria, no Capítulo III – Normas procedimentais, artigo 13.º - Procedimento inicial -, ponto 3, compete à câmara municipal selecionar um coordenador técnico para os respetivo CLDS-4G.

Por forma a compreender a escolha da Câmara Municipal de Bragança, afigura-se necessário expor, de forma, breve o contexto recente da implementação deste programa no concelho de Bragança:

- na primeira edição do CLDS, o projeto “Inovar e Participar para Incluir” - 29/CLDS/BRG (2009-2012) obteve uma significativa notoriedade junto dos públicos-alvo, bem como perante as instituições da área social. Considerou-se que a parceria

entre o Município de Bragança (MB) e a coordenação desenvolvida pelo Centro Social Paroquial dos Santos Mártires (CSPSM) obteve os resultados previstos em todos os eixos de intervenção. O seu impacto na comunidade local foi, significativamente, relevante cumprindo a sua missão de promover a inclusão social tendo em conta as dimensões relativas à taxa de desemprego, à baixa escolarização e requalificação, ao envelhecimento, à igualdade de género, abrangendo ainda, outras áreas críticas que careciam de um desenvolvimento integrado, quer no território rural, quer nos bairros urbanos (cidade) mais críticos. De referir que este projeto permitiu a recuperação de instalações devolutas situadas no Bairro Social da Coxa (cofinanciadas pelo Programa CLDS), propriedade do Município de Bragança, e cedidas ao CSPSM para o desenvolvimento de ações de grande importância social. Nestes três anos foram desenvolvidas ações estratégicas que mereceram um parecer muito positivo por parte do CLAS-Bragança;

- na segunda edição, o CLDS+ “Bragança Inclui” – 10/CLDS+/BRG (2013-2015) assumiu-se como um projeto que privilegiou a consolidação dos resultados obtidos com o anterior projeto do CLDS “Inovar e Participar para Incluir” (2009-2012), sendo que ampliou a sua área de intervenção, desenvolvendo atividades muito importantes, assegurando a produção de recursos técnicos e pedagógicos e ferramentas de apoio à missão do CLDS. A edição do CLDS+ (2013-2015) revelou maturidade e eficácia nas ações desenvolvidas, com base na qualidade da equipa técnica envolvida, bem como na mobilização de outras entidades na execução das várias ações obrigatórias. Este projeto permitiu criar um impacto, muito relevante, na comunidade local, com especial incidência nos grupos de risco já identificados pela Rede Social de Bragança. Por outro lado, manteve uma especial atenção sobre a problemática do emprego e (re)qualificação, tendo em conta perfis diversificados de pessoas e famílias em situação de desemprego, sobre a área do envelhecimento e da igualdade de género, garantindo um acompanhamento fundamental de famílias com menores a cargo.

- na terceira edição, o CLDS-3G “Integrar na Sustentabilidade e na Inovação” (2015-2018), foi possível observar, novamente, o estabelecimento de parcerias fundamentais para a realização das ações de combate à exclusão social no contexto dos vários eixos obrigatórios, sendo que o plano de ação definido integrou, plenamente, as prioridades estabelecidas pela Rede Social de Bragança. Este programa permitiu, novamente, a realização de ações fundamentais sobre agregados familiares em risco de pobreza, trabalhando com estes as áreas do emprego, formação e requalificação profissional, criação do autoemprego, bem como, na autonomização progressiva de famílias carenciadas, na mediação de conflitos, na promoção da integração em áreas da saúde, da cultura, do desporto e da educação. Reforçaram-se também ações que

cumpriram os objetivos de promover o envelhecimento ativo, combatendo o isolamento e a solidão da população sénior, bem como promovendo o voluntariado junto deste grupo de risco. A mais-valia deste programa comprovou-se na melhoria da qualidade de vida de agregados familiares com menores dependentes e em risco, bem como da população desempregada e nos idosos mais carenciados.

O Município de Bragança conclui que em 2019, no contexto do CLDS-4G, deve ser renovada a candidatura e execução do mesmo. Com esta edição pode ser garantida a manutenção de um projeto de intervenção social que se afigura reconhecido pelas várias entidades da área social, bem com pela comunidade local. O CLDS funciona atualmente como um espaço privilegiado de atendimento e intervenção social, sempre em complementaridade com outros equipamentos e serviços públicos e privados.

À semelhança dos anos anteriores, este projeto permitirá garantir uma consolidação dos efeitos produzidos nas famílias e territórios locais e em novos espaços críticos, dando continuidade ao trabalho em parcerias de sucesso nos domínios do emprego, formação e qualificação, na intervenção familiar e parental, na capacitação da comunidade e das instituições e na informação e acessibilidades.

PROJETO PONTES DE INCLUSÃO-PROGRAMA ESCOLHAS 7.ª GERAÇÃO

O Programa Escolhas foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º4/2001, de 9 de janeiro, renovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º60/2004, de 30 de abril, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006, de 26 de junho, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º63/2009, de 23 de julho.

Apresenta como objetivos principais, a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social, tendo sido criado com a função de promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, priorizando descendentes de imigrantes e minorias étnicas.

No que respeita à sua intervenção, esta alicerça-se em cinco áreas estratégicas, designadamente, inclusão escolar e educação não formal, formação profissional e empregabilidade, dinamização comunitária e cidadania, inclusão digital e empreendedorismo e capacitação.

A execução dos projetos enquadrados no Programa Escolhas obedece aos seguintes princípios: planeamento estratégico, parceria, participação, diálogo intercultural, mediação, inovação social, empreendedorismo. Com este enquadramento surge o projeto Pontes de Inclusão, promovido pela Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar, com a duração de três anos (2013-2016). Este projeto consiste na renovação do anterior Pontes de Inclusão-Programa Escolhas 4.ª Geração. Incide na área estratégica da inclusão escolar e educação não formal, nomeadamente no combate à problemática do absentismo escolar nas crianças/jovens oriundos de meios desfavorecidos com uma fraca retaguarda familiar, institucionalizadas, com medidas de promoção e/ou com processos de acompanhamento e sinalização, referenciados como sendo jovens com comportamentos desviantes e atitudes que comprometem o seu desenvolvimento e bem-estar. A Fundação Casa de Trabalho, através do Projeto Pontes de Inclusão que se constitui como um recurso local de extrema importância no combate à Exclusão Social, pretende contribuir para que o percurso escolar e conseqüentemente a integração em mercado de trabalho se constituam como metas alcançáveis e de valor acrescido, sendo consideradas áreas prioritárias.

No decurso do trabalho desenvolvido por esta instituição, as principais necessidades diagnosticadas prendem-se com a inexistência de algumas competências no domínio

comportamental associadas aos resultados escolares e à assiduidade de crianças e jovens referenciadas.

A escola e a família constituem-se frequentemente como espaços onde são vivenciadas algumas situações de risco, e numa perspetiva biopsicossocial, o trabalho desenvolvido é potenciado pela corresponsabilização dos parceiros, pela sua disponibilidade, pela proximidade que é estabelecida com as crianças e jovens. Frequentemente, ocorre uma difícil ligação com os pais e não obstante a insistência e solicitações feitas pelas escolas, IPSS, CPCJ e outras instituições, os pais/responsáveis apresentam dificuldades no que respeita às competências parentais, designadamente na supervisão dos seus filhos e na participação na vida escolar dos mesmos. Neste sentido, com vista ao combate da problemática do insucesso escolar e do desenvolvimento de uma educação não formal, o Projeto Pontes de Inclusão tem encetado as seguintes ações:

- Combate ao abandono escolar precoce, mediante o encaminhamento escolar de crianças e jovens para respostas já existentes;
- Promoção do sucesso escolar, dentro ou fora da escola através do desenvolvimento de competências sociais e cognitivas (educação formal e não formal);
- Corresponsabilização dos familiares no processo de supervisão parental.

Sugestões EAPN/Rede Social

Parcerias institucionais: Promover o esforço de criação de parcerias; Sensibilizar e aumentar a consciência dos dirigentes para a necessidade de realizar projetos sociais em parceria; Criar estruturas de apoio às instituições para realizarem formalmente acordos de parceria e/ou candidatura a programas de financiamento; Formar técnicos especializados na dinamização e acompanhamento de processos de parceria; Promover a inclusão social das pessoas em situação de vulnerabilidade social; Apostar no empreendedorismo social inclusivo.

Aposta na Inovação social: Promover o empreendedorismo e a inovação social em Portugal, como forma de gerar novas soluções, numa lógica complementar às respostas tradicionais, para a resolução de importantes problemas sociais; Dinamizar o mercado de investimento social, criando instrumentos de financiamento

mais adequados às necessidades específicas do setor da economia social e dos projetos de inovação e empreendedorismo social; capacitar os atores do sistema de inovação e empreendedorismo social em Portugal, melhorando os níveis de resposta das entidades da economia social e contribuindo para a sua sustentabilidade económica e financeira.

ANÁLISE SWOT BRAGANÇA (EAPN/CORANE/REDE SOCIAL) - 2015

QUADRO: ANÁLISE SWOT Bragança.

PONTOS FORTES (FORÇAS)		PONTOS FRACOS (FRAQUEZAS)
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de recursos turísticos diversificados - património cultural, arquitetónico, religioso e natural-paisagístico que tem permitido suportar o crescimento sustentado de vários produtos. • Recursos turísticos diversificados (espaço rural, turismo de natureza) • Novas acessibilidades (A4) • Ensino superior • Instituições de carácter técnico e tecnológico • Brigantia EcoPark – Parque de Ciência e Tecnologia • Produtos tradicionais característicos (castanha, azeite, fumeiro, mel,) • Pecuária (raças autóctones) • Energias alternativas (energias renováveis e potencial parque eólico) • Localização geográfica do distrito que pode potenciar as relações transfronteiriças • Autossustentabilidade da região baseada na abundância de recursos disponíveis • Existência de uma rede de Ensino Superior, Centros Tecnológicos e de Investigação e outras instituições de carácter técnico ou tecnológico • Existência de diversos fatores de competitividade no espaço rural da Região, com a Região a possuir uma clara posição de liderança à escala nacional em alguns produtos regionais (fumeiro e castanha, por exemplo) • Boa cobertura de serviços e equipamentos no âmbito do apoio ao idoso e à criança • Turismo acessível e de qualidade • Gastronomia local • Herança histórica (máscara, rituais e celebrações festivas, roteiros das aldeias típicas) • Produto âncora centrado no Castelo de Bragança e mobilizador de itinerários centrados na cidade de Bragança 		<ul style="list-style-type: none"> • Baixa densidade populacional muito inferior à média nacional • Território envelhecido: Elevado índice de envelhecimento crescimento galopante muito superior à média nacional • Desertificação, que associada ao envelhecimento se reflete no isolamento da população idosa e no acesso aos bens e serviços, cada vez mais centralizados • Estagnação da população residente e ativa do concelho • - Baixa taxa de natalidade, comparativamente com a taxa de mortalidade • Diminuição do nº de população jovem • Debilidade económica, falta de investimento e tecido empresarial débil • Fracos níveis de habilitações e de formação da população em geral • Desemprego elevado dos jovens mais qualificados • Baixo PIB per capita • Domínio das microempresas (média de 2 trabalhadores por empresa em Bragança) • Reduzido número de empresas e da sua dimensão média, não gerando emprego e postos de trabalho em número relevante • Ausência de identidade regional centrada nos produtos que têm em comum • Sector primário (pouco especializado e de subsistência) • Agricultura rudimentar, de cariz familiar, com fraca exportação, embora o setor mais relevante do concelho para o valor acrescentado bruto é o setor terciário (69,1% do VAB). De salientar ainda o elevado peso do setor primário (6,9% do VAB) • Défice elevado na competitividade das explorações agrícolas e de pecuária (pequena dimensão e economia local sem economia de escala) • Recursos humanos com baixas qualificações nos grupos mais expostos à pobreza • Dificuldades de acesso aos cuidados de saúde, quer pela inexistência de alguns serviços, quer pela deficiência e dificuldades de acesso aos existentes. • Deficitária rede de transportes quer dentro da cidade, das aldeias para a cidade e em termos inter-concelhios. • Fraco tecido empresarial/ fraco dinamismo empresarial. Empresas de reduzida dimensão. • O volume de negócios das empresas é significativamente inferior à realidade nacional; • Aumento do nº de famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social

		<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho por parte dos grupos desfavorecidos – o que tem como consequência agravamento das condições de vida, promovendo a exclusão social e a geração de ciclos geracionais de pobreza • Fraca empregabilidade dos grupos sociais vulneráveis; • Défice de competências em determinados grupos de famílias carenciadas • Dificuldade de acesso e manutenção das famílias em situação de vulnerabilidade social à habitação • Falta de investimento e de capacitação das pessoas em situação de pobreza • Altas taxas de iliteracia e abandono escolar dos grupos sociais desfavorecidos (deficientes, ciganos, minorias étnicas, famílias pobres) • Organização centralizada do sistema educativo, tendo como consequências o desajustamento dos currículos e dos programas de formação relativamente aos públicos que os frequentam e às necessidades do sector produtivo da Região. • Défice de articulação entre empresas e as instituições do Ensino Superior e falta de uma dinâmica significativa de investimento empresarial na conceção e desenvolvimento de novos produtos e de sistema de promoção e comercialização. • Ritmos de crescimento económico da Região inferior à média europeia e mesmo em divergência negativa no contexto das regiões portuguesas. • Escassez de oportunidades de emprego, motivada por um tecido produtivo marcado pelo sector primário e terciário onde a industrialização tem pouca representação. Esta, implica outra fraqueza: do distrito, que é a incapacidade para fixar “capital humano” essencialmente o qualificado • Falta de oportunidades de emprego (afetando jovens qualificados e pessoas mais velhas menos qualificadas) • Baixa cobertura de algumas respostas sociais, especialmente dirigidas à família e à comunidade, toxicodependentes, portadores de HIV, ciganos • Rede de transportes insuficiente • Desestruturação e recomposição das famílias vulnerabilizando socialmente a sua situação
OPORTUNIDADES		AMEAÇAS/ RISCOS
<ul style="list-style-type: none"> • Região transfronteiriça, proximidade a Espanha • Parque Natural de Montesinho e Parque do Douro Internacional enquadrados no Distrito de Bragança. • Desenvolvimento das potencialidades turísticas da Região e das energias alternativas. • Reconversão das indústrias tradicionais através da incorporação de novas tecnologias e outros fatores não tecnológicos. • Anunciados investimentos na rede rodoviária do distrito • Aumento do investimento/ aposta no desenvolvimento e diversificação das ofertas turísticas nos meios rurais • Região com economia com potencial abertura ao exterior, forte tradição e experiência de comércio internacional, vocação exportadora e intensas relações transfronteiriças. • Aposta no cluster do agroalimentar com fomento da tecnologia de produção e aumento da produção agrícola 		<ul style="list-style-type: none"> • Localização geográfica no interior de Portugal (periferia) • Baixa atratividade (nulo investimento) • Crise económica (pouco dinamismo económico) • Centralização das tomadas de decisão nos grandes centros (capital e cidades centrais) • Manutenção de políticas de austeridade pelos governos atuais e futuros • Reduzida autonomia financeira dos atores locais e elevado dependência face aos fundos europeus • Fracos acessos intermunicipais • O êxodo agrícola e rural pode chegar a um extremo, na ausência de políticas ativas, que pode originar uma tal desagregação do capital social que impeça a mobilização do capital natural (sobretudo no interior da Região) para fins produtivos • Crise económica atual com focos de tensão social,

- Aposta na nova dialética entre as potencialidades do espaço rural e as possibilidades do espaço urbano em criar sinergias com os primeiros em áreas tão diversas como o turismo, a produção agrícola, os produtos tradicionais

decorrentes do aumento substantivo do desemprego na Região

- Incapacidade de fixação na Região de recursos humanos qualificados, nomeadamente de jovens, por falta de oportunidades em diversos domínios
- Exaustão financeira dos municípios que associada a uma política de forte contenção financeira por parte do Estado, trará implicações em matéria de ritmo de realização dos investimentos públicos da Região e da criação de empregos qualificados
- Modelo de governação adotado pelo país, que mantém uma Administração Pública fortemente centralizada, agravado pela falta de um nível de poder legítimo à escala regional.
- Existência de importantes centros de decisão, cada vez mais, localizados fora da Região, particularmente no que respeita à sede de grandes empresas públicas ou privadas
- Desertificação
- Aumento da pobreza e da exclusão social
- Isolamento da população idosa
- Escassez de bens e serviços, inclusive agrícolas
- Aumento da criminalidade devido ao aumento do desemprego e outros problemas sociais (toxicodependência)
- Contenção financeira do Estado
- Aumento das formas de trabalho precário
- Incapacidade de fixação de recursos humanos qualificados na região
- Reprodução das situações de pobreza: pobreza persistente
- Fecho de um elevado nº de escolas no distrito com a reestruturação da Rede Escolar, centralizando e esvaziando as zonas rurais e diminuindo o número de postos de trabalho
- Administração pública fortemente centralizada

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL **- ATUALIZAÇÃO (2018-2020)**

MISSÃO

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Bragança para 2015-2017; à semelhança do anterior PDS, deve garantir um conjunto de pressupostos de atuação:

Integração local das medidas e políticas definidas pelos vários níveis de Administração (nacional, regional e local) e da União Europeia;

Racionalização de recursos através da articulação de serviços e das organizações/instituições;

Rentabilização de saberes e do conhecimento dos técnicos e das instituições através da identificação de problemas e soluções possíveis;

Inovação nas estratégias locais através de estruturas de menor dimensão, mas mais próximas da população.

Em termos de pacto institucional, o PDS 2018-2020 pretenderá alterar igualmente as dinâmicas e comportamentos organizacionais, no sentido de:

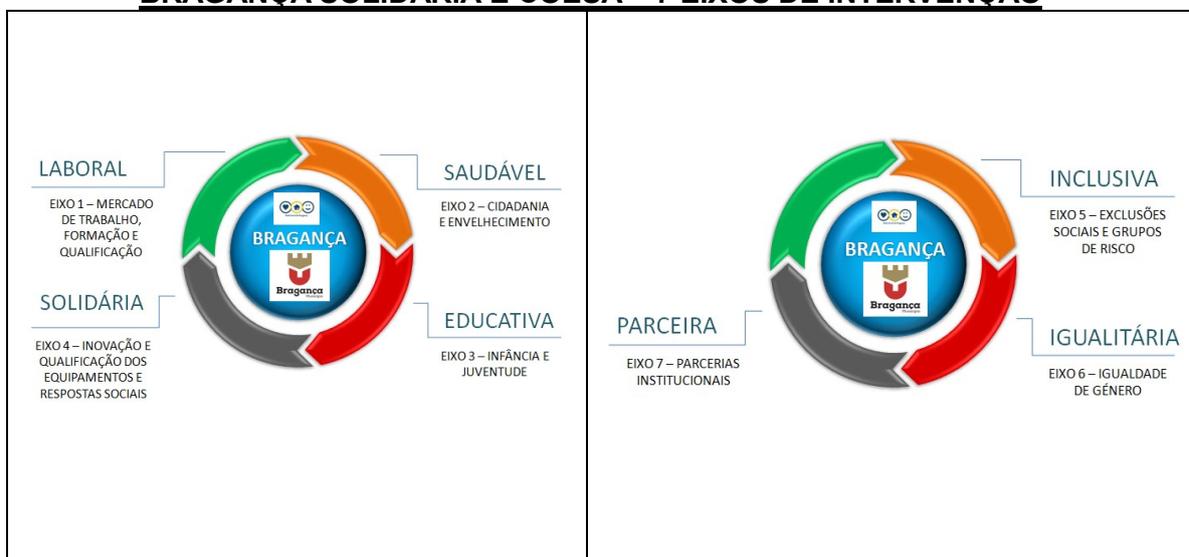
Alterar positivamente as culturas organizacionais através da introdução de formas de planeamento e avaliação das suas ações e em contextos de parceria;

Promover o acesso à informação através de recursos e fontes que são fundamentais para a conceção de intervenções locais para atenuação das diferentes formas de desigualdade e exclusão social;

Reconhecer e valorizar o papel e função de cada instituição segundo uma visão de conjunto integrado e num contexto de um plano estratégico participativo.

ATUALIZAÇÃO 2018-2020

BRAGANÇA SOLIDÁRIA E COESA – 7 EIXOS DE INTERVENÇÃO



FINALIDADES DO INSTRUMENTO DE PLANEAMENTO

1. Combater e reduzir a pobreza e qualquer forma de exclusão social, através da garantia do acesso aos direitos fundamentais, bens e serviços essenciais, atuando sobre as dificuldades dos grupos sociais mais vulnerabilizados, investindo na responsabilidade social de pessoas, famílias e entidades locais;
2. Promover e reforçar as condições do concelho de Bragança para a melhoria dos estilos de vida saudável e para o melhor desenvolvimento das pessoas, famílias e trabalho nos grupos sociais mais fragilizados e precarizados;
3. Inovar e (re)qualificar os equipamentos e serviços sociais de forma a garantir a qualidade, equidade e cobertura do território.

BRAGANÇA – APOSTA NOS 7 QUADRANTES





EIXO 1 – MERCADO DE TRABALHO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO
Finalidade
Bragança Laboral – Assegurar a criação, manutenção, qualidade e sustentabilidade do emprego.

GRAU PRIORIDADE	Eixo do POISE	PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELOS PARCEIROS	OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS / ATIVIDADES
I	Eixo 1 Promover a sustentabilidade e a qualidade de emprego Eixo 2: Iniciativa Emprego Jovem	Desadequação entre oferta formativa e as necessidades das empresas e mercado de trabalho local.	Favorecer processos de integração profissional e aumentar a empregabilidade no concelho.	E1/OE1 Aumentar a adequação dos vários cursos de formação profissional às exigências e necessidades do mercado de trabalho local	Promoção de um estudo de necessidades de formação concelhia (com base no levantamento de necessidades das entidades formadoras do concelho) Desenvolvimento de estudo de mercado perante áreas de formação com maior empregabilidade (NERBA, ACISB e Entidades Formativas; Empresas) Criação de um Roteiro sobre emprego e formação da região (sem se assumir com um estudo de mercado). Criação de um Grupo de Trabalho sobre Formação Profissional. Ações e eventos de promoção das profissões.
I	Eixo 1 Promover a sustentabilidade e a qualidade de emprego Eixo 2: Iniciativa Emprego Jovem	Défice de informação dos pais e jovens para áreas de formação de forte empregabilidade no concelho de Bragança	Favorecer processos de integração profissional e aumentar a empregabilidade no concelho.	E1/OE2 Aumentar o nível de informação sobre o mercado local de emprego e áreas de sucesso profissional no concelho de Bragança	Sensibilizar jovens e pais sensibilizados para as áreas de formação mais importantes para uma boa integração no mercado local de trabalho e capacitar os jovens/adultos a desenvolver atitudes ativas de emprego Informar e sensibilizar sobre o conteúdo e abrangência das medidas ativas de emprego e oportunidades de inserção em instituições do concelho. Realização de ações de sensibilização (pais e jovens) Realização de seminários e colóquios na escola (com exemplos de alunos com exemplar percurso formativo e laboral no concelho) Feira do Emprego, Educação e Solidariedade (anual) Parcerias com CLDS – 3G em Bragança. Sensibilizar os jovens para a importância de profissões menos valorizadas socialmente, mas fundamentais para a comunidade local.

I	<p>Eixo 1 Promover a sustentabilidade e a qualidade de emprego</p> <p>Eixo 2: Iniciativa Emprego Jovem</p>	Défice de empreendedorismo e de Práticas Inovadoras (défice de criação de novos postos de trabalho)	Favorecer processos de integração profissional e aumentar a empregabilidade no concelho.	E1/OE3 Promover o empreendedorismo , autoemprego e inovação empresarial envolvendo diferentes estratos sociais da comunidade	Sensibilização de diferentes grupos sociais do concelho de Bragança para a necessidade de desenvolver projetos empreendedores, de autoemprego e inovadores para o desenvolvimento local do concelho de Bragança. Promoção do microcrédito para incentivar iniciativas de autoemprego inovador. Divulgar e cativar agentes estratégicos para a implementação de uma cultura empreendedora. Divulgação de boas práticas empresariais no concelho.
I	<p>Eixo 1 Promover a sustentabilidade e a qualidade de emprego</p> <p>Eixo 2: Iniciativa Emprego Jovem</p>	Persistência de um défice de qualificações e baixos níveis de escolaridade	Promover a melhoria de competências e qualificações das pessoas desempregadas	E1/OE4 Aumentar o número de ações de formação e qualificação para pessoas desempregadas	Informar e encaminhar para oportunidades de qualificação desenvolvidas pelas entidades/autoridades públicas e privadas. Promover a divulgação e acesso a cursos de formação no âmbito do programa Vida Ativa. Aposta na formação contínua dos vários grupos profissionais.
II	<p>Eixo 1 Promover a sustentabilidade e a qualidade de emprego</p> <p>Eixo 2: Iniciativa Emprego Jovem</p>	Défice de promoção do turismo local	Favorecer processos de integração profissional e aumentar a empregabilidade no concelho.	E1/OE5 Promover a imagem e a viabilidade dos produtos turísticos regionais com criação de emprego	Promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais e ou regionais de modo a potenciar o concelho e a empregabilidade. Promover a divulgação e disseminação de atividades e produtos locais (posto de turismo). Apostar numa fixação de turistas através de atividade programadas para todo o ano e atendimento permanente ao turista. Sensibilizar agentes económicos e sociais para a necessidade de articular e planear atividades conjuntas para a promoção turística (aposta nas rotas temáticas).
II	<p>Eixo 1 Promover a sustentabilidade e a qualidade de emprego</p> <p>Eixo 2: Iniciativa Emprego Jovem</p>	Défice de linhas de transporte destinadas ao pessoal empregado / em formação na cidade (mobilidade para turnos das empresas com maior número de empregados e para formandos em várias	Favorecer processos de integração profissional e aumentar a empregabilidade no concelho.	E1/OE6 Aumentar a mobilidade de segmentos da população que têm fraca rede de transportes para os locais de emprego /formação (empresas mais significativas)	Desenvolvimento de instrumentos facilitadores tendo em vista a mobilidade de pessoas a serviços públicos de utilidade pública, a nível local, reduzindo o isolamento e exclusão social. Criar protocolos de colaboração entre empresas e MB para uma maior acessibilidade de trabalhadores e formandos aos locais de emprego e formação. Protocolo interinstitucional para promover o acesso ao transporte para trabalhadores sem rede de

		instituições do concelho)			transporte assegurado, oriundos de freguesias com menor cobertura. (ex: Sortegel e Faurecia ou outras empresas de formação). Estabelecer parcerias para a sustentabilidade financeira deste modelo alternativo de transporte de pessoas para empresas específicas e locais de formação. Identificar exemplos / boas-práticas de empresas que asseguram o transporte dos colaboradores aos locais de emprego (Sortegel e Factory Play).
I	Eixo 1 Promover a sustentabilidade e a qualidade de emprego Eixo 2: Iniciativa Emprego Jovem	Défice de iniciativas de microcrédito	Favorecer processos de integração profissional e aumentar a empregabilidade no concelho.	E1/OE7 Promover o autoemprego através do acesso ao microcrédito	Dinamizar a promoção do microcrédito junto de segmentos da população com desemprego de longa duração e/ou mais desfavorecidas Estabelecer Protocolo de Colaboração entre o Município de Bragança e a Associação nacional de Direito ao Crédito (ANDC). Promoção local do microcrédito para incentivar iniciativas de autoemprego inovador. Criar um Centro de Promoção Local de Microcrédito dinamizado pelo triângulo institucional (CLDS 3-G/EAPN/MB). Criar uma rede de entidades colaboradoras para dinamização destas iniciativas (empresas, voluntários e grupos sociais desfavorecidos).
I	Eixo 1 Promover a sustentabilidade e a qualidade de emprego Eixo 2: Iniciativa Emprego Jovem	Insuficiência de estágios em empresas locais	Favorecer processos de integração profissional e aumentar a empregabilidade no concelho.	E1/OE8 Aumentar o número de estágios ou outras medidas de ativas de emprego em empresas locais e taxa de empregabilidade	Sensibilizar os empresários, as instituições e as entidades empregadoras locais para uma participação ativa na concretização de medidas ativas de emprego e em processos de inserção profissional. Promover a realização de estágios Promover celebração de protocolos entre empresas e IEFPP Realizar "Workshops" e Feiras de emprego e formação Divulgar informação nos meios de comunicação da MB/Rede/IEFP/Escolas
I	Eixo 1 Promover a sustentabilidade e a qualidade de emprego	Fracos níveis de empregabilidade de minorias / grupos sociais em desvantagem	Favorecer processos de integração profissional e aumentar a empregabilidade no	E1/OE9 Aumentar o número de pessoas empregadas portadoras de deficiência e/ou	Ações que possibilitem a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais. Ações dirigidas a empregadores e pessoas com deficiência e incapacidade.

	Eixo 2: Iniciativa Emprego Jovem	social	concelho.	incapacidade em idade ativa	
I	Eixo 1 Promover a sustentabilidade e a qualidade de emprego Eixo 2: Iniciativa Emprego Jovem	Fracos níveis de empregabilidade de minorias / grupos sociais em desvantagem social e/ou em situação de desemprego de longa duração.	Favorecer processos de integração profissional e aumentar a empregabilidade no concelho.	E1/OE10 Reduzir o número de pessoas/agregados familiares com situações de emprego precário, através da sensibilização de empresas/entidades públicas e privadas/IPSS para a criação de emprego com qualidade e dignidade para as pessoas empregadas.	Ações dirigidas a empregadores no sentido de potenciar formas de criação e estabilização dos postos de trabalho. Sensibilizar agentes locais promotores de emprego para a criação/manutenção de empregos com qualidade e dignidade para as pessoas empregadas.
I	Eixo 1 Promover a sustentabilidade e a qualidade de emprego Eixo 2: Iniciativa Emprego Jovem	Fracos níveis de empregabilidade de minorias / grupos sociais em desvantagem social / população migrante.	Favorecer processos de integração profissional e aumentar a empregabilidade no concelho da população migrante.	E1/OE11 Aumentar a empregabilidade da população migrante em setores económicos que permita a estabilidade e segurança dos seus projetos de vida no concelho de Bragança.	Sensibilizar as entidades empregadoras para a criação/manutenção de empregos para a população migrante, no sentido de efetivar a sua fixação no concelho de Bragança. Estabelecer parcerias para o aumento de competências da população migrante de forma a aumentar o sucesso da sua integração laboral no concelho de Bragança.

Adenda 2019 (35.^a SP do CLAS-Bragança – 24/04/2019)

Eixo 1 – Bragança Laboral – Mercado de Trabalho, Formação e Qualificação

E1/O.E. 10: Reduzir o número de pessoas/agregados familiares com situações de emprego precário, através da sensibilização de empresas/entidades públicas e privadas/IPSS para a criação de emprego com qualidade e dignidade para as pessoas empregadas;

E1/O.E. 11: Aumentar a empregabilidade da população migrante em setores económicos que permita a estabilidade e segurança dos seus projetos de vida no concelho de Bragança.

E1/O.E.12: Promover o acesso a medidas de apoio à criação de emprego nas áreas do ambiente: setores ligados à floresta, à agro-pastorícia, à produção e instalação de energias renováveis, à eficiência energética dos edifícios.

E1/O.E. 13: Promover mecanismos de monitorização das necessidades de formação (contínua ou de requalificação), adequando e rentabilizando as ofertas de formação face às necessidades do desenvolvimento local.

EIXO 2 – CIDADANIA E ENVELHECIMENTO
Finalidade
Bragança Saudável – Assegurar um ambiente físico, emocional e social participativo e fomentar comportamentos saudáveis.

GRAU PRIO RIDA DE	Eixo do POISE	PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELOS PARCEIROS	OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS / ATIVIDADES
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Múltiplos processos de exclusão que incidem sobre a população idosa	Dotar o concelho de Bragança de uma estratégia / instrumento de intervenção social integrado e dedicado à população sénior	Conceber e implementar um Plano Municipal Gerontológico	<p>Criar um grupo de trabalho para a realização de um estudo e configuração da estratégia para a implementação de um Plano Municipal Gerontológico (PMG). Identificar as instituições aderentes a este projeto e definir as ações principais para a concretização do PMG.</p> <p>Conceção de um plano que promova a autonomia e independência das pessoas.</p>
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Défice de informação e acessibilidade a diferentes bens e serviços das populações mais isoladas no concelho (especificamente pessoas idosas, dependentes e portadores de deficiência).	Promover a acessibilidade à informação e a serviços de apoio fundamentais às populações mais isoladas	Sensibilizar parceiros/entidade para a criação de serviços de itinerância de apoio e informação às populações mais isoladas / dependentes	<p>Promoção da diversificação de serviços complementares de apoio à população mais idosa e a franjas populacionais mais isoladas</p> <p>Divulgação de informação descentralizada e de proximidade em diferentes domínios de apoio social</p> <p>Promover e estabelecer parcerias formais entre IPSS e Juntas de Freguesia com serviços itinerantes e sessões de sensibilização (domínio da saúde, ação social, segurança, pagamentos multibanco, compras de bens essenciais, entre outros)</p>
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Imagem negativa sobre o envelhecimento e sobre a situação identitária das pessoas idosas	Dotar o concelho de Bragança de uma estratégia / instrumento de intervenção social integrado e dedicado à população sénior	Promover e dignificar a imagem da população idosa e desmistificar medos associados ao processo de envelhecimento	<p>Ações de sensibilização promovidas por diferentes atores locais sobre a importância de estilos de vida saudáveis e sobre medidas de envelhecimento ativo entendido como um processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, para melhorar a qualidade de vida das pessoas que envelhecem.</p> <p>Ações de sensibilização para o papel central dos idosos na sociedade. Ações de sensibilização para a promoção de uma imagem mais positiva e valorizada das pessoas idosas.</p> <p>Ações de promoção de políticas de</p>

					velhice baseadas nos direitos de igualdade de oportunidades e de tratamento.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Défice de participação social e cultural de pessoas	Promover a cidadania, estilos de vida saudáveis e o envelhecimento ativo	Aumentar o voluntariado potenciador de participação e inclusão social	<p>Criar uma parceria estratégica para o reforço de gestão de uma Bolsa Local de Voluntariado.</p> <p>Promover ações de voluntariado com o envolvimento da população em diferentes matérias e problemas sociais.</p> <p>Formação e sensibilização para um voluntariado de continuidade, de proximidade e segundo a igualdade de género.</p>
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Défice de participação social, cultural e desportiva de pessoas em situação de vulnerabilidade	Promover a cidadania, estilos de vida saudáveis e o envelhecimento ativo	Promover o movimento associativo em diferentes áreas (associação de moradores; juvenis; desportivas; recreativas e culturais, cooperativas)	<p>Sensibilizar pessoas, instituições e entidade sobre a importância do movimento associativo como mecanismo de integração social e de cidadania.</p> <p>Criar grupo de pessoas/instituições facilitadores da criação e dinamização do movimento associativo.</p> <p>Ações de apoio técnico à auto-organização dos residentes e à criação e revitalização de associações através de estímulos e ajudas na suas iniciativas, bem como espaços onde possam guardar material das mesmas.</p>
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Défice de participação social, cultural e desportiva de pessoas em situação de vulnerabilidade	Promover a cidadania, estilos de vida saudáveis e o envelhecimento ativo	Aumentar o envolvimento da comunidade em projetos sociais (residente em bairros críticos/zona histórica)	<p>Aumentar o envolvimento da comunidade residente em bairros críticos/zona histórica em projetos culturais, desportivos, de saúde e de educação.</p> <p>Estratégias direcionadas para vários públicos alvo que promovam o envolvimento comunitário em áreas como: saúde, desporto, cultura e educação para uma cidadania plena. (garantindo também a igualdade de género)</p> <p>Ações de promoção da continuidade de envolvimento de pessoas idosas na vida social, cultural e cívica.</p> <p>Ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida (oficinas, cursos de formação, teatro, escrita, expressão plástica, uso das NTIC)</p>
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social	Exclusão digital de pessoas em situação de	Promover a cidadania, estilos de vida saudáveis e o	Aumentar o número de pessoas com competências	Ações de formação curta duração dirigidas a pessoas (jovens, adultos e idosos) que não sabem utilizar a

	e combater a pobreza e discriminação	vulnerabilidade	envelhecimento ativo	básicas de utilização das NTIC (Internet)	Internet. Promoção de parcerias para a facilitação de acesso aos computadores e a postos públicos de internet.
--	---	-----------------	----------------------	---	---

Adenda 2019 (35.ª SP do CLAS-Bragança – 24/04/2019)

Eixo 2 – Bragança Saudável – Cidadania e Envelhecimento

E2/O.E. 8: Conceber e implementar um Plano de Prevenção da Violência Contra Pessoas Idosas no concelho de Bragança;

E

2/O.E. 9: Aumentar os apoios financeiros e logísticos ao movimento associativo dirigido para a população sénior, nas áreas da cultura, desporto, lazer e NTIC;

E2/O.E. 10: Aumentar o número de projetos/respostas sociais que ofereçam suporte à população com pré-demência e demência, bem como aos seus cuidadores, que residam na sua habitação, contrariando a institucionalização precoce deste grupo de risco e apostando numa intervenção preventiva;

EIXO 3 – INFÂNCIA E JUVENTUDE
Finalidade

Bragança Educativa – Assegurar à população mais jovem um ambiente favorável às aprendizagens, ao lazer, à cultura e desporto, sem exclusões.

GRAU PRIO RIDA DE	Eixos do POISE	PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELOS PARCEIROS	OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS / ATIVIDADES
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Desvalorização da formação profissional	Promover a valorização da formação profissional como via de sucesso formativo e profissional	Promover na comunidade escolar, empresarial e as famílias a importância do ramo profissional	Divulgar e sensibilizar as famílias, instituições e comunidade para a importância do ramo profissional. Incentivar as empresas para a contratação de pessoal técnico. Promover a celebração de protocolos para a integração laboral. Promover a divulgação e informação dos cursos disponíveis no concelho e distrito. Desmistificar os cursos menos procurados mas com acrescidas probabilidades de empregabilidade no concelho de Bragança.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Desresponsabiliza ção dos encarregados de educação face à escola	Promover a valorização da formação profissional como via de sucesso formativo e profissional	Promover a responsabilização dos encarregados de educação sobre o percurso educativo	Aumentar o número de encarregados de educação presentes em atividades da escola / educativas. Promover iniciativas /atividades dirigidas a alunos e encarregados de educação. Sensibilizar os encarregados de educação para os seus papéis educativos e sociais face aos filhos. Promover atividades de educação não formal e de aquisição de competências para a participação cívica e comunitária. Reforçar a presença de temas sociais nas atividades e projetos escolares.
II	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Défice de acessibilidade e utilização das NTIC de grupos de crianças e jovens mais desfavorecidos (infoexclusão)	Promover a inclusão digital de crianças e jovens mais desfavorecidos	Aumentar o número de crianças e jovens com acesso às NTIC nos bairros urbanos mais críticos e nas freguesias rurais	Promover iniciativas de educação e formação para a utilização das NTIC Divulgação junto dos grupos sociais mais desfavorecidos dos locais de acesso à Internet Promoção de serviços de proximidade e itinerância de acesso às NTIC. Aumentar os cursos de NTIC nas instituições que trabalham nos bairros críticos.

I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Presença de comportamentos de risco em espaço escolar	Prevenir comportamentos de risco em espaço escolar e fora deste no grupo de crianças e jovens	Aumentar e reforçar o número de ações de sensibilização junto das crianças e jovens para a problemática dos comportamentos de risco	Promover ações de prevenção no interior do espaço escolar (IDT, PSP, GNR, CPCJ) sobre comportamentos de risco. Reforçar a monitorização e acompanhamento das crianças e jovens integrados em situações de risco (Agrupamentos de Escola e CPCJ). Realização de ações de sensibilização para os pais, crianças e jovens. Implementação de "Clubes de Educação Cívica" para a promoção de combate a comportamentos de risco no interior do espaço escolar.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Presença de comportamentos de risco fora do espaço escolar	Prevenir comportamentos de risco em espaço escolar e fora deste no grupo de crianças e jovens	E3.OE5. Aumentar e reforçar o número de atividades desportivas, culturais, recreativas e de lazer junto das crianças e jovens em situação de pobreza e exclusão social	Promover ações que favoreçam a integração de crianças e jovens carenciados em atividades permanentes na área do desporto, cultura e lazer, como forma de combater os comportamentos de risco no exterior do espaço escolar. Promover ações de prevenção no exterior do espaço escolar (IDT, PSP, GNR, CPCJ; IPSS). Reforçar a monitorização e acompanhamento das crianças e jovens integrados em situações de risco e sem capacidade económica para frequentar atividades desportivas, culturais e de lazer no concelho (Agrupamentos de Escola e CPCJ). Realização de ações de sensibilização para os pais, crianças e jovens, sobre a necessidade de ocupar permanentemente os tempos livres das crianças e jovens.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Dificuldade do sistema educativo e das famílias para lidarem com os alunos/filhos com problemas comportamentais, disciplinares e emocionais	Promover o conhecimento e compreensão da realidade multidimensional da violência	Aumentar as competências dos agentes educativos e famílias nas áreas de gestão de conflitos e situações de violência e indisciplina, em espaço escolar e familiar	Estratégias direcionadas para a mediação dos conflitos familiares, particularmente no caso de famílias com crianças, em articulação com as equipas que intervêm com as famílias e/ou as suas crianças, promovendo a sua capacitação e a proteção e promoção de direitos das crianças e jovens. Promover ações de sensibilização para agentes educativos em matéria de gestão de conflitos em espaço escolar e familiar. Aposta e prioridade de ações nos estabelecimentos de ensino mais problemáticos.
II	Eixo 3 –	Défice de	Promover a eficácia	Aumentar o	Promover a articulação institucional

	Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	acompanhamento social e vocacional nos espaços escolares	e qualidade do acompanhamento social e da orientação vocacional	número de alunos acompanhados socialmente e que recebem orientação vocacional	das escolas e dos técnicos da área da psicologia e ação social. Inovar e potenciar melhorias no desempenho escolar através da promoção da motivação e definição de trajetos escolares mais motivacionais (com a participação de pais e alunos). Desmistificar os cursos menos procurados mas com acrescidas probabilidades de empregabilidade no concelho de Bragança
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Défice de informação sobre a problemática da violência nas suas diferentes formas	Promover o conhecimento e compreensão da realidade multidimensional da violência	Aumentar o número de alunos que detêm conhecimento e informação sobre o tema da violência	Promover o diálogo entre pais, crianças e jovens e comunidade escolar sobre a temática da violência nas suas diferentes formas (doméstica, “bullying”, formas de discriminação/estigmatização em espaço escolar). Promoção de encontros entre as escolas para debate sobre a violência.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Dificuldade de atuar sobre os casos de abandono escolar ou de acompanhar percursos dos mais jovens após concluírem os níveis de ensino	Promover um acompanhamento permanente dos casos de abandono escolar/término de percurso educativo dos mais jovens	Melhorar os processos de sinalização, encaminhamento e orientação de alunos que abandonam ou concluem o sistema educativo	Ações que favoreçam a integração profissional após percurso escolar de insucesso/sucesso. Articulação entre escolas e CPCJ e IPSS para intervenção célere na sinalização e acompanhamento de situações de abandono escolar.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Défice de empreendedorismo dos mais jovens	Promover as capacidades empreendedoras dos jovens em idade escolar	Sensibilizar os mais jovens em idade escolar sobre a importância das capacidades empreendedoras, numa perspetiva de reforço de iniciativa, inovação, da criatividade, do gosto pelo risco	Ações de sensibilização a alunos do ensino secundário sobre o empreendedorismo, iniciativa, inovação, criatividade e gosto pelo risco, com recurso a exemplos de negócios e a pessoas empreendedoras que vingaram na vida real e nas áreas de atividade mais significativas na região.

Adenda 2019 (35.ª SP do CLAS-Bragança – 24/04/2019)

Eixo 3 – Bragança Educativa - Infância e Juventude

E3/O.E. 11: Aumentar as intervenções/projetos junto de bairros críticos (bairros sociais e bairros precários com população de etnia cigana) com menores em idade escolar, combatendo o insucesso e o abandono escolar e promovendo uma integração social mais relacional e consolidada.

EIXO 4 – INOVAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS

Finalidade

Bragança Solidária - Assegurar a correção de desigualdades através de uma rede solidária de proteção para todos.

GRAU PRIORIDADE	Eixos do POISE	PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELOS PARCEIROS	OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS / ATIVIDADES
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Elevado número de imóveis em situação de degradação e/ou más condições de habitabilidade	Promover o acesso à habitação condigna	Aumentar o número de intervenções de beneficiação de imóveis degradados nas freguesias urbanas e rurais do concelho de Bragança	<p>Aumentar o número de intervenções de beneficiação de imóveis (particulares e bairros sociais municipais), prioritariamente em grupos sociais de elevado risco (famílias com crianças e idosos; deficientes e com incapacidades). Promover uma caracterização atualizada das intervenções prioritárias através de um estudo triangular (MB, IPSS e Juntas de Freguesia)</p> <p>Aumentar a dotação financeira para as intervenções prioritárias (via: atualização de rendas do património habitacional da MB; candidaturas a programas nacionais e europeus).</p> <p>Avaliar impacto das intervenções sobre as famílias beneficiárias.</p>
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Aumento crescente do número de agregados familiares em situação de dívida de rendas de habitação no concelho de Bragança	Promover o acesso à habitação condigna	Aumentar o número de apoios ao arrendamento (Porta 65 - Jovem) e reforçar políticas de realojamento em habitação social	<p>Aumentar o número de famílias apoiadas através de programas de arrendamento jovem e reforçar os realojamentos em habitação social. Promover o acesso à informação sobre programas de apoio ao arrendamento/realojamento.</p> <p>Promover a reabilitação/recuperação de fogos devolutos em bairros sociais/zona histórica.</p> <p>Reforçar junto das entidades competentes a necessidade de aprovação da Reabilitação dos Bairros Sociais Municipais.</p>
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e	Elevado número de idosos em situação de dependência e vulnerabilidade em espaço urbano e rural	Promover a requalificação dos equipamentos sociais existentes com diferentes respostas sociais	Consolidar o número de vagas em ERPI e SAD melhorando a qualidade dos equipamentos e	<p>Criar grupo de trabalho dedicado ao envelhecimento para estudo da situação atual dos equipamentos sociais com atuação na população sénior.</p> <p>Promover empregabilidade via requalificação/consolidação de polos de proximidade do SAD / Lar</p>

	discriminação			respostas sociais através de remodelação/adaptação/ampliação dos equipamentos.	de Idosos.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Casos de saúde mental sem respostas adequadas	Promover estruturas e serviços adequados às necessidades da população com problemas no âmbito da saúde mental	Sensibilizar as entidades com atuação na área social e da saúde para a necessidade de garantirem respostas no âmbito da saúde mental	Promover o diálogo interinstitucional para encontrar a melhor viabilidade para a criação de respostas no âmbito da saúde mental. Reforçar o conhecimento sobre indicadores que afirmam a necessidade fundamental da criação de respostas no âmbito da saúde mental. Contribuir para a escolha de uma candidatura para a viabilização de respostas na área da saúde mental.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Persistência de casos de violência doméstica no concelho de Bragança	Promover respostas alternativas de abrigo e acolhimento temporário a população vítima de diferentes tipos de violência	Aumentar o número de vagas na resposta social Casa de Abrigo para vítimas de violência no concelho de Bragança	Sensibilizar as entidades sociais para a importância da aposta no reforço e/ou criação de novas vagas na resposta social de Casa Abrigo para vítimas de violência doméstica. Mobilizar agentes e instituições para celebração de protocolos para a gestão de espaços alternativos de acolhimento temporário de pessoas vítimas de violência no concelho de Bragança.
II	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Défice de conhecimento sobre as Famílias de Acolhimento	Promover a informação sobre as Famílias de Acolhimento (idosos)	Aumentar o conhecimento sobre as Famílias de Acolhimento (idosos)	Promover e valorizar a função social desta resposta social através de maior visibilidade no concelho de Bragança. Divulgar adequadamente esta resposta social como alternativa de acolhimento de idosos, com pessoas qualificadas.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Défice de qualidade / formação dos recursos humanos afetos às diferentes respostas sociais	Promover a formação e qualidade dos recursos físicos e dos recursos humanos que prestam serviços de apoio social	Reforçar o número de IPSS com processos de certificação de qualidade no concelho de Bragança	Promover a necessidade das instituições sociais em qualificarem as suas organizações e certificarem os seus serviços através de processos de implantação de modelos de qualidade no 3º sector. Divulgar ações e programas de incentivo aos processos de implementação da qualidade
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e	Persistência de casos de grave exclusão social relacionados com	Promoção de respostas de alojamento de emergência	Reforçar e criar respostas alternativas de abrigo e	Sensibilizar as entidades sociais para a importância da aposta no reforço e/ou criação de novas vagas na resposta social de Centro de Alojamento Social (CAS) Mobilizar agentes e instituições

	combater a pobreza e discriminação	fracos níveis de autonomia e isolamento social		acolhimento temporário a população com fracos níveis de autonomia e isolamento social	para celebração de protocolos para a gestão de espaços alternativos de acolhimento temporário de pessoas sem autonomia económica e em situação de vulnerabilidade.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Isolamento, solidão e insegurança de pessoas idosas autónomas	Promover o apoio de proximidade à população idosa	Promover respostas de proximidade para acolhimento temporário de situações de isolamento e solidão de pessoas idosas autónomas.	Sensibilizar as entidades sociais para a importância da aposta na criação de novas alternativas de acolhimento de pessoas idosas autónomas. Mobilizar agentes e instituições para celebração de protocolos para a gestão de espaços alternativos de acolhimento temporário de pessoas isoladas e autónomas.
II	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Isolamento, solidão e insegurança de pessoas idosas autónomas	Promover o apoio de proximidade à população idosa	Promover respostas de proximidade a pessoas idosas autónomas em espaço rural e urbano em situação de isolamento	Sensibilizar as entidades, IPSS e técnicos sobre a necessidade de adequar serviços e estruturas de assistência primária e de proximidade para o seu reforço em freguesias (urbanas e rurais) com elevado risco de vulnerabilidade geriátrica.

Adenda 2019 (35.^a SP do CLAS-Bragança – 24/04/2019)

Eixo 4 – Bragança Solidária – Inovação e Qualificação dos Equipamentos e Respostas Sociais

E4/O.E.11: Criar e/ou consolidar o número de vagas em Creche, melhorando a qualidade dos equipamentos e respostas sociais através da remodelação/adaptação/ampliação dos equipamentos (integrar nestas respostas sociais horários adequados às famílias integradas em setores de atividade com horários laborais rotativos, por turnos, ou outros);

E4/O.E.12: Realizar um estudo concelhio sobre a qualidade do serviço de apoio domiciliário de forma a implementar um Plano de Melhoria do Funcionamento do SAD;

EIXO 5 – EXCLUSÕES SOCIAIS E GRUPOS DE RISCO

(VIOLÊNCIA DOMÉSTICA; DEFICIÊNCIA, DEPENDÊNCIAS; MINORIAS; HABITAÇÃO; SAÚDE)

Finalidade

Bragança Inclusiva - Assegurar a todos as condições para uma autonomização face às necessidades básicas e cidadania ativa

INCLUSIVA

EIXO 6 – EXCLUSÕES SOCIAIS E GRUPOS DE RISCO

GRAU PRIORIDADE	POISE	PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELOS PARCEIROS	OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS / ATIVIDADES
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Fracos níveis de inserção profissional de pessoas com deficiência e incapacidade	Promover a qualificação e o nível de inserção no mercado de trabalho de pessoas com deficiência e incapacidade	Aumentar o número de pessoas com deficiência e incapacidade integradas em empresas sediadas no concelho de Bragança	Sensibilizar e informar os agentes económicos locais para a necessidade de integrar nas suas empresas pessoas com deficiência e incapacidade. Criar uma rede de divulgação de boas práticas na inserção de pessoas com deficiência e incapacidade nas empresas do concelho de Bragança.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Fracos níveis de inserção profissional de pessoas toxicodependentes ou alcoólicas	Promover a qualificação e nível de inserção no mercado de trabalho de pessoas toxicodependentes/ alcoólicas /ex-reclusos.	Aumentar o número de pessoas toxicodependentes e alcoólicas / ex-reclusos em ações de formação e em empresas / instituições do concelho de Bragança.	Promoção de protocolos com as empresas e entidades públicas. Potenciar e explorar as possibilidades do programa Vida Emprego do IIEFP. Sensibilizar a comunidade e agentes económicos da necessidade de integrar esta população em atividades profissionais.
II	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Ausência de uma estrutura de apoio familiar que promova a aquisição e desenvolvimento de competências parentais	Promoção de uma estrutura (em rede) de apoio familiar	Promover respostas complementares de apoio familiar e de aconselhamento parental	Sensibilizar a comunidade da necessidade da participação e envolvimento no desenvolvimento de respostas complementares de apoio familiar e de aconselhamento parental. Promover grupos de interajuda. Otimizar os recursos existentes e o conhecimento detido pelas entidades intervenientes. Conceber, planear e realizar cursos de formação para famílias com défice de competências parentais.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Elevado número de toxicodependentes / alcoólicos sem acesso a estruturas de	Promover o acesso a estruturas de tratamento a toxicodependentes e alcoólicos	Sensibilizar as entidades para a necessidade de dotar o concelho/distrito de estruturas de	Sensibilizar as IPSS/outras entidades para a necessidade de criar em Bragança estruturas de tratamento de toxicodependentes e alcoólicos.

		tratamento		tratamento de toxicodependentes e alcoólicos.	
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Fraca autonomização das famílias que usufruem de subsídios/apoios sociais	Promover a autonomização das famílias que usufruem de subsídios /apoios sociais	Aumentar o número de famílias autonomizadas (que deixam de necessitar dos subsídios e apoios sociais) no concelho de Bragança	Ações que qualifiquem as famílias, designadamente informação dos seus direitos de cidadania, desenvolvimento de competências dos respetivos elementos. Desenvolver parcerias estratégicas para: Combater a pobreza intergeracional e persistente. Ações de desmistificação dos fenómenos de pobreza e exclusão social. Aumentar as competências pessoais, sociais e parentais. Atenuar a dificuldade das famílias garantirem as suas funções básicas (sobrevivência, proteção, afeto, confiança, segurança). Promover as competências na gestão da vida doméstica e familiar.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Défice de mobilidade e acessibilidade aos serviços públicos de pessoas isoladas e alvo de exclusão social	Promover o acesso a bens e serviços essenciais da população mais isolada	Aumentar o número de pessoas das freguesias rurais com isenção de pagamento de tarifa de transportes públicos para o centro da cidade de Bragança/ou equipamentos de saúde dentro e fora do distrito	Desenvolvimento de instrumentos facilitadores tendo em vista a mobilidade de pessoas a serviços públicos de utilidade pública, a nível local, reduzindo o isolamento e exclusão social. Isenção de pagamento da tarifa dos STUB, segundo reavaliações socioeconómicas da MB. Promoção de respostas alternativas de transportes públicos/privados para equipamentos de saúde em casos prioritários (exames urgentes, rastreios e tratamentos oncológicos). Sensibilizar as entidades para a criação de uma tarifa reduzida/isenção de pagamento para redes de transportes onde não existe rede pública.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Sobre endividamento das famílias	Promover o apoio a famílias sobre-endividadas	Aumentar o número de pessoas sobre-endividadas acompanhadas pela DECO e Gabinete de Apoio ao Sobre-Endividado	Articulação entre Município de Bragança e freguesias urbanas para acompanhar casos de famílias sobre-endividadas. Protocolo com a DECO para facilitar articulação com o Gabinete de Apoio ao Sobre-Endividado. www.gasdeco.pt

Adenda 2019 (35.ª SP do CLAS-Bragança – 24/04/2019)

Eixo 5 – Bragança Inclusiva - Exclusões Sociais e Grupos de Risco

E5/O.E.8: Promover respostas complementares de apoio às famílias carenciadas em matéria de apoio ao arrendamento através da nova geração de políticas de habitação (IHRU);

E5/O.E.9: Conceber, desenvolver e implementar um Plano Local de Habitação (PLH) de forma a garantir a adequação de respostas municipais em matéria de acesso à habitação condigna;

E5/O.E. 10: Realizar um estudo sobre necessidades de realojamento habitacional e de qualificação dos alojamentos em contexto rural e urbano, de forma a garantir intervenções eficazes e duradouras em matéria de habitação;

EIXO 6 – IGUALDADE DE GÉNERO

Finalidade

Bragança Igualitária – Assegurar que todas as pessoas e famílias têm acesso a bens e serviços de qualidade, a diferentes oportunidades, sem qualquer tipo de discriminação

“Promover a educação para a cidadania e a realização de ações tendentes à tomada de consciência cívica relativamente à identificação das situações de discriminação e das formas de erradicação das mesmas, bem como promover ações que facilitem uma participação paritária na vida económica, social, política e familiar” (Protocolo CIG).

GRAU PRIORIDADE	POISE	PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELOS PARCEIROS	OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS / ATIVIDADES
I	OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação. PI9iii – Igualdade de oportunidades	Desigualdade de funções/tarefas/papéis entre homem e mulher	Promover a igualdade de género	Sensibilizar crianças e jovens sobre os papéis do homem e mulher na sociedade (igualdade de direitos e deveres).	Ações de sensibilização nas escolas e com famílias. Dinamização de ações de sensibilização com recurso ao manual “Direitos e Cidadanias” produzido pela EAPN.
I	OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação. PI9iii – Igualdade de oportunidades	Dificuldade de conciliação entre trabalho e esfera familiar da mulher	Promover a igualdade de género	Sensibilizar a comunidade cigana residente no concelho para as questões de direitos e deveres do homem / mulher e crianças / jovens.	Ações de sensibilização aos agregados familiares de etnia cigana. Ações de formação parental (grupos-alvo). Ações de sensibilização de igualdade de oportunidades no seio familiar nas matérias de inserção profissional, social e cultural.
I	OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação. PI9iii – Igualdade de oportunidades	Violência doméstica	Promover a igualdade de género	Criar um espaço próprio para dinamização do Gabinete de Mediação Familiar.	Dinamizar o Gabinete de Mediação Familiar (Protocolo com o GRAL – Gabinete de resolução alternativa de litígios – Ministério da Justiça). Reforçar equipa técnica afeta e articulação interinstitucional.
I	OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação. PI9iii – Igualdade de oportunidades	Desigualdade de funções/tarefas/papéis entre homem e mulher	Promover a igualdade de género	Melhorar a articulação interinstitucional em matéria da proteção de vítimas de género e de violência doméstica	Elaborar um manual de procedimentos que melhore a intervenção junto de vítimas de violência de género e de violência doméstica.
II	OT9. Promover a	Desigualdade de	Promover a	Melhorar a	Criação de instrumentos de obtenção de dados que permitam

	inclusão social e combater a pobreza e discriminação. PI9iii – Igualdade de oportunidades	acesso às atividades sociais, culturais e desportivas	igualdade de género	adequação das atividades culturais, sociais e desportivas face aos princípios da igualdade de género	efetuar análise de género ao nível das áreas social, cultura e desporto no concelho. Proposta de melhorias das atividades tendo em conta os públicos caracterizados por género. Estudar grupos de risco (idosos, deficientes, etnia cigana, imigrantes etc) e a desigualdade de acesso a estas atividades por género.
II	OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação. PI9iii – Igualdade de oportunidades	Desigualdade de género no interior das organizações	Promover a igualdade de género	Promover os princípios da igualdade de género na cultura organizacional	Operacionalização do Protocolo de Colaboração com o CIG. Estudo e implementação de planos para a Igualdade de Género no interior das entidades públicas e privadas. Integração dos Conselheiros Municipais para a Igualdade no CLAS-Bragança. Guião de boas práticas (público e privado).

Adenda 2019 (35.ª SP do CLAS-Bragança – 24/04/2019)

Eixo 6 – Bragança Igualitária – Igualdade de Género

E6/O.E. 7: Promover a estabilidade das mulheres no mercado laboral , num contexto de segurança e dignidade no trabalho (combate ao trabalho precário, sazonal, em part-time, à peça, entre outros);

E6/O.E. 8: Promover o acesso ao ensino do português para estrangeiros junto da população feminina alvo de discriminação e de desigualdade de acesso face ao mercado de trabalho;

EIXO 7 – PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Finalidade

Bragança Parceira - Assegurar a partilha de recursos e estratégias numa frente de combate comum face à pobreza e exclusão social.

GRAU PRIO RIDA DE	POISE	PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELOS PARCEIROS	OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS / ATIVIDADES
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Deficiente partilha de informação entre os agentes locais sobre os apoios concedidos (duplicação e desvio de apoios sociais)	Promover a partilha de informação entre as várias entidades da Rede Social do concelho de Bragança	Reforçar e melhorar o funcionamento da “Plataforma Informática de Encaminhamento e Apoio Social” do concelho de Bragança	Criação de um grupo de trabalho para a atualização de uma rede de partilha de informações sobre os apoios sociais concedidos pelas IPSS. Promover e garantir um acesso restrito a entidades que aderem à plataforma e partilham informação sobre as famílias que usufruem de apoios concedidos pelas várias entidades/IPSS
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Parcerias pouco objetivas e sem critérios vinculativos e elementos contratualizados.	Promover a consolidação da parceria e do trabalho em rede	Sensibilizar as entidades parceiras do CLAS-Bragança para os requisitos de uma parceria ideal	Conceber, planear e executar uma ação exemplar de parceria de forma a reunir os requisitos ideais para a construção de uma verdadeira parceria com impactos reais e mensuráveis. Construir uma grelha quantitativa equilibrada de avaliação da força e impacto das parcerias.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Dificuldade de acesso à informação da Rede Social	Promover a consolidação da parceria e do trabalho em rede	Promoção de uma maior comunicação no interior e exterior da Rede Social através da produção, divulgação e partilha do conhecimento sobre diferentes realidades do concelho de Bragança	Criar uma página na Internet com vários conteúdos da Rede Social de Bragança. Atualização de conteúdos sobre a Rede Social no site da MB. Estudo e implementação de outras ações alternativas de comunicação no interior e exterior da Rede Social.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e	Imagem/identidade e fracionada da Rede Social	Promover a consolidação da parceria e do trabalho em rede	Melhorar o envolvimento das entidades que integram o CLAS e	Itinerância das reuniões da Rede Social (CLAS e NE). Atualizar os representantes das entidades no seio do CLAS/NE. Sensibilizar para a importância específica e transversal do trabalho

	discriminação			o Núcleo Executivo	desenvolvido na Rede Social. Aumentar o número de entidades pertencentes ao CLAS-Bragança.
I	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Imagem/identidade e fracionada da Rede Social	Promover a consolidação da parceria e do trabalho em rede	Promover um intercâmbio entre instituições baseado em boas-práticas	Construir uma agenda/um roteiro de intercâmbio entre instituições (com troca de experiências e de recursos humanos) que pertencem à Rede Social. Elaborar um documento de referência sobre as boas práticas que as entidades podem oferecer no contexto da Rede Social e a nível regional/nacional.
II	Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação	Desatualização da Carta Social e de um Guia de Boas Práticas sobre os equipamentos e respostas sociais no concelho de Bragança	Promover a consolidação da parceria e do trabalho em rede	Atualizar a Carta Social do Concelho de Bragança como forma de promover a qualidade e notoriedade dos serviços das IPSS	Criar grupo de trabalho para a atualização da Carta Social. Desenvolver estudo e caracterização dos equipamentos e respostas sociais do concelho (2015/2016). Divulgar através de diferentes suportes (Internet, cd, dvd) as informações relativas à Carta Social no concelho de Bragança

Adenda 2019 (35.^a SP do CLAS-Bragança – 24/04/2019)

Eixo 7 – Bragança Parceira – Parcerias Institucionais

E7/O.E.7: Promover o diálogo interinstitucional para a promoção de parcerias com impacto direto nas condições de vida das pessoas/famílias alvo de privação material severa, complementando os apoios sociais típicos (apoios alimentares; em materiais de construção; equipamentos domésticos; equipamentos informáticos; livros; entre outros)

E7/O.E. 8: Promover as parcerias com empresas locais/regionais/nacionais no sentido de mobilizar recursos de intervenção social, apelando ao sentido de responsabilidade social das empresas;

**Documento aprovado em 24 de abril de 2019,
na 35.^a Sessão Plenária do CLAS-Bragança.**